

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**Análise das prioridades por serviços públicos em Viçosa-MG**

Larissa Miranda Moreira  
*Magister Scientiae*

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2025**

**LARISSA MIRANDA MOREIRA**

**Análise das prioridades por serviços públicos em Viçosa-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Francisco C. da C. Cassuce

Coorientador: Jader Fernandes Cirino

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M838a  
2025  
Moreira, Larissa Miranda, 1995-  
Análise da preferência por serviços públicos em  
Viçosa-MG / Larissa Miranda Moreira. – Viçosa, MG, 2025.  
1 dissertação eletrônica (73 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Inclui apêndice.

Orientador: Francisco Carlos da Cunha Cassuce.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Economia, 2025.

Referências bibliográficas: f. 59-65.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.671>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Consumidores - Preferência - Viçosa (MG). 2. Serviços  
públicos. 3. Análise de regressão. I. Cassuce, Francisco Carlos  
da Cunha, 1978-. II. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Economia. Programa de Pós-Graduação em  
Economia. III. Título.

CDD 22. ed. 658.8343

**LARISSA MIRANDA MOREIRA**

**Análise das prioridades por serviços públicos em Viçosa-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 18 de agosto de 2025.

Assentimento:

---

Larissa Miranda Moreira  
Autora

---

Francisco Carlos da Cunha Cassuce  
Orientador

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 21/10/2025 às 09:01:12 e pelo orientador em 21/10/2025 às 10:43:37. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **U2XQ.P5VR.OP8Z** e clique no botão 'Validar documento'.

Em primeiro lugar agradeço à Deus, pela constante presença e amparo em minha vida, permitindo que cada etapa desta jornada ocorresse em seu devido tempo. A minha família Eva e Vinícius, pelo apoio e compreensão durante os períodos de ausência, especialmente à minha filha Eva, que, mesmo tão jovem, acolheu com ternura minha dedicação aos estudos.

Aos colegas de mestrado e amigos que contribuíram para tornar essa trajetória mais leve e enriquecedora, em especial Cristiane, Miriã, Nathan e Ruth, pela parceria e incentivo. Aos amigos, que se fizeram presentes com palavras de incentivo, gestos de solidariedade e uma torcida incondicional, minha mais profunda gratidão, pois foram fundamentais para que eu mantivesse a determinação e a serenidade necessárias para alcançar esta conquista.

Ao Arthur, Lúcia, Perola e Vitória, pelo acolhimento e apoio que possibilitaram a conclusão da minha graduação e abriram caminho para que eu chegasse ao mestrado. Ao meu pai e aos meus avós Eva e Sebastião, cuja memória permanece como inspiração e força ao longo desta caminhada.

A todos que, de diferentes formas, contribuíram para a realização deste trabalho, seja por meio do apoio, incentivo ou participação ativa.

Ao meu orientador, professor Francisco Carlos da Cunha Cassuce, pela confiança depositada, pela orientação segura e por acreditar no meu potencial ao longo de todo o processo de pesquisa.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## RESUMO

MOREIRA, Larissa Miranda, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2025. **Análise das prioridades por serviços públicos em Viçosa-MG**. Orientador: Francisco Carlos da Cunha Cassuce. Coorientador: Jader Fernandes Cirino.

Esta dissertação analisa as preferências da população de Viçosa-MG por serviços públicos e semipúblicos, com base em dados primários coletados junto a 387 moradores. Utilizando a teoria da preferência declarada e o modelo logit multinomial, identificaram-se os principais fatores socioeconômicos, demográficos e geográficos que influenciam a priorização de serviços como saúde, educação, segurança pública e transporte. Os resultados apontam que mulheres e pessoas de baixa renda tendem a priorizar a saúde, enquanto indivíduos com filhos adolescentes priorizam a educação. Já a segurança pública é mais valorizada por pessoas brancas e com maior renda, e o transporte público, por famílias com filhos em creches. A análise empírica mostrou-se robusta e oferece subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas municipais mais eficientes e equitativas, considerando a heterogeneidade das demandas sociais locais. As contribuições do trabalho se concentram em pelo menos três frentes: avanço teórico, ao aplicar a abordagem de preferências em um município de pequeno porte marcado por dinâmicas locais específicas; inovação metodológica, ao integrar dados primários e técnicas econométricas para mapear prioridades sociais; e relevância prática, que fornece subsídios técnicos para aprimorar a alocação de recursos municipais, promovendo maior eficiência na provisão de serviços e uma melhor adequação das políticas públicas às necessidades reais da população.

Palavras-chave: Preferência por serviços públicos, Viçosa-MG, teoria da preferência declarada, logit multinomial, políticas públicas municipais, demanda por bens públicos, determinantes socioeconômicos.

## ABSTRACT

MOREIRA, Larissa Miranda, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2025. **Analysis of priorities for public services in Viçosa-MG**. Adviser: Francisco Carlos da Cunha Cassuce. Co-adviser: Jader Fernandes Cirino.

This dissertation analyzes the preferences of the population of Viçosa-MG for public and semi-public services, based on primary data collected from 387 residents. Using stated preference theory and the multinomial logit model, the study identifies the main socioeconomic, demographic, and geographic factors that influence the prioritization of services such as health, education, public safety, and transportation. The results indicate that women and low-income individuals tend to prioritize health, whereas households with adolescent children give greater weight to education. Public safety is more highly valued by white and higher-income residents, while public transportation is prioritized mainly by families with children in daycare. The empirical analysis proved to be robust and provides relevant insights for the formulation of more efficient and equitable municipal public policies, taking into account the heterogeneity of local social demands. The contributions of this research are threefold: first, its theoretical advancement, by applying a preference-based approach in a medium-sized municipality marked by specific local dynamics; second, its methodological innovation, by integrating primary data and econometric techniques to map social priorities; and third, its practical relevance, by providing technical inputs to improve the allocation of municipal resources, thereby promoting greater efficiency in service provision and a better alignment of public policies with the actual needs of the population.

Keywords: Public service preferences, Viçosa-MG, stated preference theory, multinomial logit, local public policies, public goods demand, socioeconomic determinants.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Pirâmide de Maslow.....   | 16 |
| Figura 2 – Participação das respostas dos questionários nos Bairros de Viçosa-MG.....  | 28 |
| Figura 3 - Divisão dos entrevistados de acordo com o gênero, faixa etária e cor.....   | 29 |
| Figura 4 Distribuição da amostra considerando faixas de renda familiar nível máximo de escolaridade e condição no mercado de trabalho..... | 30 |
| Figura 5 - Distribuição da amostra considerando o estado civil e a existência de filhos.....   | 31 |
| Figura 6 - Serviços públicos mais utilizados regularmente.....   | 35 |
| Figura 7 - Serviços públicos que não estão disponíveis no bairro do entrevistado.....  | 36 |
| Figura 8 - Avaliação dos serviços públicos na cidade de Viçosa.....  | 36 |
| Figura 9 - Classificação do que mais dificulta o acesso aos serviços públicos em Viçosa-MG.....  | 41 |
| Figura 10 – Gráficos da área sobre a curva ROC das categorias de saúde, escola, segurança, transporte público e demais serviços, 2025..... | 46 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Resultados da estimação do modelo logit multinomial .....                                       | 47 |
| Tabela 2 – Probabilidade marginal de priorizar os serviços públicos selecionados.....                      | 53 |
| Tabela 3 – Probabilidade marginal de priorizar a saúde por gênero e renda.....                             | 53 |
| Tabela 4 – Probabilidade marginal de priorizar a escola por presença de filhos e escola no bairro .....    | 54 |
| Tabela 5 – Probabilidade marginal de priorizar segurança por raça, presença de segurança e desemprego..... | 55 |
| Tabela 6 – Probabilidade marginal de priorizar o transporte por uso de creche e renda.....                 | 55 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>10</b> |
| 1.1 Objetivo Geral .....  | 12        |
| 1.2 Objetivos Específicos .....   | 13        |
| <b>2 ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS DA PREFERÊNCIA POR SERVIÇOS PÚBLICOS.....</b>                                | <b>14</b> |
| 2.1 Serviços Públicos.....  | 14        |
| 2.2 As escolhas do consumidor a luz das teorias da preferência revelada (PR) e preferência declarada (PD) ..... | 18        |
| <b>3 METODOLOGIA.....</b>   | <b>21</b> |
| 3.1 Coleta de Dados .....   | 21        |
| 3.2 Estratégia de Identificação.....  | 24        |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>   | <b>27</b> |
| 4.1 Análise descritiva inicial.....   | 28        |
| 4.2 Priorização dos serviços públicos .....   | 42        |
| 4.3 Análise empírica das escolhas por serviços públicos .....   | 45        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>57</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>59</b> |
| <b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas.....</b>   | <b>66</b> |
| <b>ANEXO - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....</b>   | <b>72</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A oferta de serviços públicos e semipúblicos como segurança, saúde, educação, envolve a participação do poder público e a destinação de vultuosos recursos, necessariamente limitados. Nesse sentido, o conhecimento prévio da demanda e preferências relativas da população de uma determinada cidade, unidade da federação ou país, bem como dos principais fatores que os influenciam possibilita a oferta de tais serviços de maneira mais eficiente. Por conseguinte, torna-se possível o direcionamento da comunidade atendida para uma melhor situação de bem-estar social, sobretudo quando realizado pelas menores esferas governamentais, neste caso, o executivo municipal brasileiro.

No entanto, identificar e priorizar as demandas por serviços públicos e semipúblicos é um desafio dos tomadores de decisão, especialmente em municípios de pequeno porte, como é o caso de Viçosa-MG (IBGE, 2023). Embora tenham maior capacidade de arrecadação que os pequenos municípios, ainda dependem significativamente das transferências constitucionais do Estado e da União. Além disso, enfrentam uma demanda crescente por serviços públicos devido ao aumento do fluxo migratório (Gerigk; Clemente, 2012; Medeiro-Kruger; Ribeiro, 2020). Diante desse cenário, de heterogeneidade das necessidades locais e limitação de recursos, torna-se essencial a adoção de escolhas estratégicas.

Cabe destacar que a proximidade com a população é uma característica fundamental para que as autoridades executivas municipais sejam capazes de fornecer, de maneira eficaz, os serviços para os contribuintes. Esta atividade se intensificaria diante de diagnósticos das preferências dos indivíduos. Este movimento torna-se ainda mais relevante quando considerada a dificuldade do mercado privado em fornecer tais bens e serviços de maneira a alcançar toda a população e a capacidade de externalidades positivas que tais ofertas gerariam (Campoy; Parada, 2016).

Segundo Oliveira e Bastos (2016), a melhoria na provisão de serviços públicos aumentaria o salário real e reduziria as desigualdades sociais. Ademais, os autores apontam que muitos dos serviços públicos e semipúblicos não podem e não devem ser oferecidos pela iniciativa privada, por mais desenvolvido que seja este setor. Isso ocorre porque, ao prover um serviço sob a lógica do mercado, a parcela mais pobre da população estaria excluída do consumo de tais bens, aprofundando disparidades já existentes.

Neste contexto, os serviços públicos desempenham um papel crucial na formação do capital humano, um componente essencial para o progresso econômico e social de uma

comunidade. Um exemplo claro é a educação: a oferta de qualidade por meio de instituições públicas pode ter um efeito significativo no nível e na qualidade educacional da população. Ao garantir acesso equitativo, esses serviços possibilitam que os indivíduos adquiram habilidades e conhecimentos essenciais para integrar o mercado de trabalho, o que, por sua vez, contribui para o crescimento econômico sustentável (Berchielli, 2022).

Ademais, segurança pública, obras de urbanização e saneamento básico, como o acesso à água tratada, esgoto e coleta de lixo, são serviços que possibilitam ganhos direcionados para a saúde da população, elevação da autoestima e, conseqüentemente, saltos de produtividade do trabalho e do bem-estar social (Prearo, 2013). Nota-se que esses serviços não poderiam ser plenamente ofertados pelo mercado privado, pois uma parcela significativa da população poderia ficar à margem do consumo. Apesar dessa importância, a literatura carece de estudos que analisem como as preferências por serviços públicos variam em municípios de porte pequeno, como é o caso de Viçosa-MG, onde dinâmicas locais — como a presença de uma universidade federal e uma população flutuante — podem gerar padrões de demanda distintos.

Indubitavelmente, a demanda individual por serviços públicos é influenciada pelas características sociais, econômicas e demográficas dos indivíduos, tais como nível de renda, grau de escolaridade, gênero, idade e raça. Nas pesquisas realizadas por Poças *et al.* (2019) e Rodrigues e Escobar (2023), por exemplo, os autores identificaram que os serviços públicos de saúde são majoritariamente procurados por pessoas de baixa escolaridade e que não possuem plano de saúde.

Mendonça, Sachsida e Loureiro (2004) também apontam que a demanda por saneamento básico é sensível a fatores como escolaridade, herança familiar, raça, localização etc. De forma semelhante, Libâneo (2012) e D’Albuquerque e Sátyro (2020) ressaltam que a educação e a assistência social apresentam acessos diferenciados entre grupos sociais, reforçando a importância de políticas públicas que considerem essas desigualdades para promover um atendimento mais justo e inclusivo.

Partindo desse debate, a hipótese central deste estudo é que, em Viçosa-MG, as preferências por serviços públicos são estratificadas: grupos de menor renda e residentes em áreas periféricas priorizam serviços básicos (saneamento e saúde), enquanto grupos com maior escolaridade valorizam educação e infraestrutura urbana.

Em termos de características socioeconômicas, Viçosa-MG possui um perfil marcado por contrastes. Embora o município apresente um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,775, classificado como alto (IBGE, 2022), 33,9% da população

sobrevive com menos de meio salário-mínimo. A estrutura econômica local é influenciada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), que atrai uma população flutuante estimada em 20 mil estudantes (Maria; Faria; Stephan, 2014). Esse fluxo impacta o mercado imobiliário, a demanda por transporte e a oferta de serviços, tornando a cidade um ambiente dinâmico, mas também gerando desafios no acesso equitativo a serviços/bens públicos e privados.

Apesar de sua infraestrutura relativamente desenvolvida, Viçosa ainda enfrenta desigualdades no atendimento a necessidades básicas. O abastecimento de água e energia é amplo, mas a cobertura de esgotamento sanitário permanece insuficiente em áreas periféricas (Cirino, 2021). A renda média dos trabalhadores formais, de 2,3 salários-mínimos, coloca o município entre os melhores posicionados de Minas Gerais, mas essa média esconde disparidades internas. Além disso, a escolarização e os indicadores de educação apresentam um desempenho intermediário em comparação ao restante do país. Essas características fazem de Viçosa um caso relevante para investigar como preferências por serviços públicos variam em municípios de porte pequeno, uma questão ainda pouco explorada na literatura.

Mediante o exposto, este trabalho avança em relação a Poças *et al.* (2019) e Rodrigues e Escobar (2023) ao focar em um município de porte pequeno, onde a interação entre dinâmicas locais (como a presença da UFV) e desigualdades socioespaciais tornam-se um campo de estudo relevante. Ademais, o estudo visa fornecer subsídios técnicos para que a administração municipal possa aprimorar a alocação de recursos públicos, garantindo maior eficiência na prestação de serviços e elevando o nível de satisfação da população. Ao fornecer uma base empírica sobre as demandas da comunidade, espera-se contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes, alinhadas às reais necessidades dos munícipes e que promovam uma melhor distribuição dos investimentos municipais. O estudo se diferencia também ao aplicar a teoria da preferência declarada para mapear demandas sociais, metodologia ainda subutilizada em estudos sobre serviços públicos no Brasil.

## **1.1 Objetivo Geral**

Analisar as preferências da população de Viçosa-MG por bens e serviços públicos e semipúblicos no primeiro semestre de 2024, identificando como fatores socioeconômicos, demográficos e geográficos influenciam essas demandas, com base na teoria da preferência declarada.

## 1.2 Objetivos Específicos

- i) identificar os principais bens e serviços públicos e semipúblicos demandados pela população de Viçosa-MG, considerando os diferentes perfis socioeconômicos e grupos populacionais;
- ii) analisar como variáveis como renda, escolaridade, idade, gênero e localização geográfica influenciam a formação das preferências pelos serviços públicos;
- iii) avaliar a percepção da população em relação à qualidade e acessibilidade dos serviços oferecidos e comparar esses padrões de preferência com modelos teóricos de demanda por bens públicos;
- iv) examinar as externalidades positivas decorrentes da oferta desses serviços e seu impacto no bem-estar social da comunidade
- v) sugerir diretrizes e recomendações para aprimorar a oferta de serviços públicos e semipúblicos.

## 2 ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS DA PREFERÊNCIA POR SERVIÇOS PÚBLICOS

Esta seção não tem a pretensão de esgotar todo o referencial teórico sobre preferências por bens públicos e a literatura empírica relacionada, mas busca apresentar conceitos fundamentais e discussões relevantes para contextualizar a análise proposta.

### 2.1 Serviços Públicos

A Teoria Econômica define bens públicos como uma mercadoria (ou uma cesta de mercadorias) cujo uso por um determinado agente econômico  $i$  não impede seu uso pelos demais agentes  $j \neq i$ . Dito de outra forma, para cada unidade adicional consumida por um indivíduo  $i$ , por exemplo, não há uma unidade a menos disponível para os indivíduos  $j \neq i$ , ao contrário dos bens de natureza privada. Isso significa dizer que os bens públicos possuem a característica de serem não exauríveis e não rivais, pois o consumo por um indivíduo não reduz a quantidade disponível para os demais (Mas-Collel; Andreu; Green, 1995).

Existem inúmeros exemplos de bens com tais características como rodovias, defesa nacional, projetos de controle de enchentes e conhecimento. O conhecimento, por sua vez, constitui um exemplo especialmente didático. Aplicando tal exemplo na definição acima, tem-se que o uso de um conhecimento para um determinado indivíduo (ou propósito)  $i$  não impede seu uso para outros indivíduos (ou fins)  $j \neq i$ , tornando-o não exaurível (Mas-Collel; Andreu; Green, 1995).

Uma forma alternativa de distinguir os bens públicos dos privados se dá pela impossibilidade de exclusão de indivíduos dos benefícios que eles proporcionam. Isso porque, todo bem privado é automaticamente excludente, ao passo que os bens públicos podem ou não ser. Considerando novamente o exemplo a respeito do conhecimento, o sistema de patentes constitui um mecanismo que busca excluir (ainda que de maneira imperfeita) indivíduos do uso de conhecimentos desenvolvidos por outros (Mas-Collel; Andreu; Green, 1995).

Já os bens privados apresentam rivalidade e exclusão, pois seu consumo por um indivíduo reduz a quantidade disponível para outros, como ocorre com alimentos ou roupas. Entre esses extremos, existem os bens semipúblicos ou de clube, que apresentam não rivalidade parcial, mas são excludentes. A televisão a cabo e pedágios em rodovias ilustram esse tipo, pois

só acessa quem paga, mas o consumo adicional de um indivíduo não reduz o benefício dos demais (Adams; McCormick, 1987).

Os bens meritórios foram introduzidos por Musgrave (1956) como um conceito dentro da política orçamentária, diferenciando-se dos bens privados e públicos. Ele os definiu como bens cujo consumo deve ser incentivado pelo Estado, mesmo que os indivíduos não demandem espontaneamente, por serem considerados essenciais ao bem-estar coletivo. Esse conceito surgiu a partir da necessidade de interferência nas preferências individuais para garantir uma alocação mais eficiente de recursos públicos.

Em seu tratado sobre a teoria das finanças públicas (1959), Musgrave classificou os bens meritórios dentro do ramo da alocação e destacou que sua provisão pode ir além do que o mercado naturalmente oferece. Assim, bens como educação gratuita, alimentação escolar e habitação subsidiada passaram a ser financiados pelo orçamento público devido ao seu valor social. Ele também mencionou bens demeritórios, como bebidas alcoólicas, que poderiam ser desincentivados por meio de políticas públicas.

Nos anos seguintes, Musgrave e Musgrave (1976) ampliaram a definição, incorporando a ideia de que bens meritórios não são apenas uma imposição estatal, mas podem refletir preferências sociais coletivas. Dessa forma, o governo pode atuar não apenas para suprir necessidades básicas, mas também para corrigir falhas de mercado e fornecer informação aos consumidores sobre os benefícios de certos bens, incentivando seu consumo.

Por fim, os bens meritórios passaram a ser entendidos como um instrumento de política pública para promover externalidades positivas e reduzir desigualdades sociais. A provisão estatal desses bens busca garantir acesso equitativo a serviços essenciais e melhorar o bem-estar da população, mesmo que os indivíduos, por falta de informação ou recursos, não os demandem por conta própria.

A Teoria Microeconômica estabelece uma conexão estreita entre os equilíbrios competitivos<sup>1</sup> e a eficiência de Pareto. A saber, há dois teoremas importantes que garantem essa relação: o Primeiro Teorema do Bem-Estar, que diz que os equilíbrios competitivos são necessariamente eficientes no sentido de Pareto; e o Segundo Teorema do Bem-Estar, o qual postula que, sob hipóteses adequadas de convexidade, qualquer alocação eficiente de Pareto pode ser alcançada como uma alocação competitiva após uma redistribuição apropriada da riqueza por meio de transferências fixas (Mas-Collel; Andreu; Green, 1995).

---

<sup>1</sup> Nos quais os agentes tomam os preços como dados.

A existência de bens públicos, por conseguinte, é caracterizada como uma falha de mercado pela Teoria Econômica. Isso ocorre pelo fato de que a provisão privada de bens públicos gera uma situação na qual algumas das premissas dos teoremas do bem-estar não se sustentam e, conseqüentemente, os equilíbrios de mercado não podem ser considerados eficientes de Pareto. Mais precisamente, se um indivíduo fornece uma unidade de um bem público, todos os indivíduos se beneficiam, o que acarreta ineficiência de Pareto, conhecida, nesse contexto, como o problema do carona (*free-rider problem*). Isso ocorre pelo fato de cada consumidor não levar em conta os benefícios que sua provisão do bem público gera para os outros. Portanto, cada consumidor tem um incentivo para usufruir dos benefícios do bem público fornecido pelos outros, ao mesmo tempo em que contribui insuficientemente para sua provisão (Mas-Collel; Andreu; Green, 1995).

Vale destacar que a compreensão da demanda por serviços públicos também pode ser relacionada à pirâmide de necessidades de Maslow (1943), que hierarquiza as necessidades humanas desde as básicas (fisiológicas e de segurança) até as superiores (reconhecimento e autorrealização). A Figura 1 ilustra essa estrutura e permite relacionar a provisão de serviços públicos com diferentes estágios das necessidades sociais.

Figura 1 – Pirâmide de Maslow



Fonte: Elaborado pela autora com base em Maslow; Lewis, 1987.

Ao transpor a lógica hierárquica das necessidades humanas para o campo da economia pública, evidencia-se que cada estrato da pirâmide de Maslow corresponde a um padrão específico de demanda por bens e serviços coletivos. Segundo Maslow (1943, p. 372), “as

necessidades humanas estão organizadas em níveis de prepotência relativa”, de modo que a satisfação parcial das necessidades mais básicas constitui condição para o surgimento de demandas de ordem superior. Nesse sentido, as necessidades fisiológicas e de segurança, situadas na base da pirâmide, relacionam-se diretamente à busca por serviços públicos essenciais, como saúde, saneamento e segurança, cuja provisão assegura condições mínimas de sobrevivência e estabilidade social (Prearo, 2013). Essa associação manifesta-se com maior intensidade entre as camadas de menor renda, para as quais a ação estatal substitui a incapacidade de acesso aos bens privados, evidenciando “a importância da atuação pública na garantia de bens fundamentais ao bem-estar da população” (Prearo, 2013, p. 47) e reafirmando o papel redistributivo das políticas públicas (Campoy; Parada, 2016; Oliveira; Bastos, 2016).

À medida que essas necessidades primárias são satisfeitas, observa-se uma transição nas demandas sociais, impulsionada pelo avanço das condições materiais e pela diversificação dos interesses coletivos. Nesse estágio, emergem necessidades intermediárias voltadas à mobilidade e à inserção social, expressas na valorização do transporte público como meio de acesso a oportunidades educacionais, laborais e de lazer (Oliveira; Bastos, 2016). Já nos níveis superiores da pirâmide, correspondentes às necessidades de estima e autorrealização, predominam demandas por educação e cultura, bens meritórios que promovem o desenvolvimento de capacidades humanas e a emancipação individual e coletiva. Conforme observa Libâneo (2012, p. 25), “a educação constitui um processo de formação humana que articula a inserção social ao exercício da autonomia”, razão pela qual tende a ser mais valorizada por grupos que já alcançaram maior estabilidade socioeconômica. Assim, a hierarquia das necessidades humanas corrobora a hipótese de que as preferências por bens públicos não são homogêneas, mas condicionadas por fatores como posição social, nível de renda e percepção subjetiva de bem-estar.

Compreender essas diferenciações é fundamental para interpretar o papel dos bens públicos na economia contemporânea. A própria existência desses bens reflete as limitações do mercado na alocação eficiente de recursos, o que justifica a intervenção estatal voltada à correção das falhas de mercado, notadamente a subprovisão decorrente do problema do carona. Diante desse cenário, torna-se imprescindível desenvolver instrumentos capazes de identificar e quantificar as preferências individuais por bens públicos. No entanto, ao contrário dos bens privados cuja demanda pode ser observada diretamente pelas escolhas de consumo, a mensuração das preferências coletivas exige métodos específicos. É nesse contexto que se inserem os métodos de preferência revelada e preferência declarada, analisados nas seções

subsequentes, que permitem estimar a valorização atribuída pelos indivíduos aos serviços públicos e fundamentar políticas voltadas à redução das ineficiências associadas à sua provisão.

## 2.2 As escolhas do consumidor a luz das teorias da preferência revelada (PR) e preferência declarada (PD)

Paul Samuelson, em sua influente obra *Foundations of Economic Analysis* (1947), propôs um método alternativo para compreender o comportamento do consumidor. Ele questionou a necessidade de partir de pressupostos sobre preferências não observáveis e sugeriu que a análise econômica poderia se concentrar exclusivamente no comportamento observável. A ideia central dessa abordagem é bastante intuitiva: quando um consumidor escolhe um determinado conjunto de bens em detrimento de outro que também estava disponível, ele está implicitamente demonstrando uma preferência pelo primeiro (Jehle; Reny, 2011).

Dessa forma, em vez de estabelecer postulados abstratos sobre as preferências individuais, a Teoria da Preferência Revelada (PR) faz suposições sobre a coerência das escolhas feitas pelo consumidor. Esse princípio pode ser formalizado por meio do Axioma Fraco da Preferência Revelada (AFPR). Paul Samuelson sugeriu uma abordagem alternativa, partindo da seguinte questão: Por que não começar e terminar apenas com o comportamento observável? Como resultado, o autor mostrou que praticamente todas as previsões da teoria tradicional do consumidor sobre o comportamento do mercado podem ser derivadas não a partir das preferências não observáveis do consumidor, mas sim de algumas suposições simples e razoáveis sobre suas escolhas observáveis (Jehle; Reny, 2011).

A ideia central é simples: se um consumidor escolhe um determinado conjunto de bens em vez de outro que também era acessível, então o primeiro conjunto é considerado preferido ao segundo. A premissa aqui é que, ao escolher um conjunto de bens em detrimento de outro, o consumidor transmite informações importantes sobre suas preferências. Em vez de estabelecer axiomas sobre as preferências de um indivíduo, são feitas suposições sobre a consistência das escolhas que ele faz (Jehle; Reny, 2011).

Formalmente, o comportamento de escolha de um consumidor satisfaz o Axioma Fraco da Preferência Revelada (AFPR) se, para cada par distinto de conjuntos de bens  $x_0$  e  $x_1$ , onde:  $x_0$  foi escolhido a preços  $p_0$  e  $x_1$  foi escolhido a preços  $p_1$ , se vale a relação:

$$p_0 * x_1 \leq p_0 * x_0 \implies p_1 * x_1 > p_1 * x_0 \quad (9)$$

Em outras palavras, o AFRP se sustenta se, sempre que  $x_0$  for revelado como preferido a  $x_1$ , então  $x_1$  nunca for revelado como preferido a  $x_0$  (Jehle; Reny, 2011).

Esse conceito leva naturalmente à questão de como tornar a teoria da preferência revelada mais robusta, de modo que ela seja completamente equivalente à teoria da maximização da utilidade. A resposta para essa questão está no Axioma Forte da Preferência Revelada (AFoPR) (Jehle; Reny, 2011). O AFoPR é satisfeito se, para qualquer sequência de conjuntos de bens distintos  $x_0, x_1, \dots, x_k$ , onde:  $x_0$  é revelado preferido a  $x_1$ ;  $x_0$  é revelado preferido a  $x_1; \dots; x_{k-1}$  é revelado preferido a  $x_k$ ; então, não pode ocorrer que  $x_k$  é revelado preferido a  $x_0$ .

Essa restrição elimina casos de preferências intransitivas, permitindo a construção de uma relação de preferência completa e transitiva. Como consequência, pode-se garantir a existência de uma função utilidade que racionalize o comportamento do consumidor. Além disso, demonstra-se que, se um indivíduo escolhe seus bens de maneira a maximizar uma função utilidade estritamente crescente e quasiconvexa, seu comportamento de demanda necessariamente satisfaz o AFoPR (Jehle; Reny, 2011).

Dessa forma, uma teoria da demanda baseada exclusivamente no AFoPR, que se fundamenta apenas em escolhas observáveis, torna-se equivalente à teoria da demanda fundamentada na maximização da utilidade. Tanto sob o AFoPR, quanto sob a hipótese de maximização da utilidade, a demanda do consumidor apresenta propriedades bem definidas, sendo homogênea, enquanto a matriz de Slutsky permanece semidefinida negativa e simétrica (Jehle; Reny, 2011). Todavia, essa teoria possui uma série de limitações, sobretudo no que concerne a sua aplicação em estudos empíricos, como será visto adiante.

Desde o acidente do Exxon Valdez no Alasca, em 1989, a valoração monetária de bens que não possuem um mercado direto tornou-se um tema de grande relevância para a pesquisa em diversas áreas. Esse conceito é fundamental também para a análise do custo social do transporte. As pessoas expressam suas preferências e decisões de consumo por meio de sua disposição a pagar (*Willingness to Pay*) por determinados bens ou serviços. Para estudar essas escolhas, são utilizadas duas abordagens principais: as técnicas de Preferências Reveladas (PR) e as técnicas de Preferências Declaradas (PD) (Pronello; Gaia, 2005).

A Preferência Revelada (PR) é um método indireto de análise que se fundamenta na observação das escolhas reais dos indivíduos, examinando suas decisões em contextos concretos ao longo do tempo (Bradley; Daly, 1994; Adamowicz; Louviere; Williams, 1994).

Embora seja amplamente utilizada nos estudos sobre o comportamento dos consumidores, essa abordagem apresenta algumas limitações significativas como a dificuldade de prever como os indivíduos reagiriam a situações hipotéticas (Senna; Toni; Lindau, 1994) e as possíveis distorções nas declarações de preferência dos indivíduos (Pronello, 2007).

Para contornar essa limitação, a Preferência Declarada (PD) se torna uma alternativa relevante sendo amplamente utilizadas não apenas no *marketing*<sup>2</sup> e na avaliação econômica, mas também em diversas áreas de pesquisa, como ciências sociais, transporte e ciências médicas (Pronello; Gaia, 2005). A PD é uma abordagem, classificada como um método direto, que consiste em apresentar aos participantes um conjunto de cenários hipotéticos e solicitar que escolham entre as opções disponíveis, permitindo a análise de suas preferências em contextos simulados (Adamowicz; Louviere; Williams, 1994). Por conseguinte, a decisão tomada pelo indivíduo reflete a sua preferência em relação aos atributos de cada opção (Adamowicz; Louviere; Williams, 1994).

De acordo com Morrison *et al.* (1997), dentro das técnicas de PD podemos incluir as seguintes metodologias: valoração contingente, classificação contingente, ranqueamento contingente, comparação pareada e escolhas declaradas.

---

<sup>2</sup> Essa técnica foi desenvolvida originalmente por pesquisadores de marketing, no início da década de 70 com o objetivo de aprimorar conhecimentos sobre o comportamento dos clientes (usuários) (Kroes; Sheldon, 1988).

## 3 METODOLOGIA

### 3.1 Coleta de Dados

A coleta de dados desta pesquisa ocorreu entre 14 e 27 de maio de 2024, no âmbito de um projeto de extensão universitária realizado, demandado pela Prefeitura de Viçosa-MG. O trabalho foi desenvolvido como parte das atividades de uma disciplina de graduação, gerando uma amostra composta por 387 questionários válidos<sup>3</sup>, tendo como propósito principal a identificação das preferências da população em relação aos serviços públicos e semipúblicos ofertados pelo município, por meio da aplicação de questionários. A iniciativa buscou fornecer embasamento técnico para a alocação mais eficiente dos recursos públicos, subsidiando a formulação de políticas públicas alinhadas às demandas da comunidade. No presente estudo, a pesquisa é expandida para o nível da pós-graduação, incorporando abordagens metodológicas das preferências dos cidadãos e à avaliação de suas implicações para a governança local.

O projeto teve início a partir do recebimento da demanda da Prefeitura de Viçosa, seguida da verificação das condições para a criação do estudo e da elaboração de um plano de trabalho estruturado. Essa etapa incluiu ainda o convite e a definição da equipe de coordenação, composta por Francisco Carlos da Cunha Cassuce, Luciano Dias de Carvalho, Igor Santos Tupy e Larissa Miranda Moreira. A equipe técnica, coordenada pela autora deste trabalho, foi formada por Marcos Vinicius Silva Pinto Coelho, Ruth Siqueira, Ellen Nunes Raimundo, Gabriel Henrique Gomes Olímpio, José Júlio Coelho, Leonardo Pereira Vieira e Ruan Robert Sampaio Maia, todos com atribuições específicas na condução da pesquisa.

Em seguida, realizaram-se três reuniões de alinhamento com as autoridades municipais, ao longo de 2023, nas quais foram apresentados o plano de trabalho, a equipe de coordenação e uma versão preliminar do questionário. Nessas ocasiões, o instrumento de pesquisa passou por ajustes de acordo com as demandas apresentadas pela Prefeitura, de modo a garantir maior aderência às necessidades locais.

Para o alcance dos objetivos citados, foram desenvolvidas as seguintes atividades: Elaboração de Questionário a ser aplicado junto à comunidade de Viçosa; Aplicação do Questionário; Tabulação e análise dos resultados; e Elaboração de relatório para embasar as tomadas de decisão do poder público municipal de Viçosa-MG. O desenvolvimento de tais

---

<sup>3</sup> Foram aplicados 401 questionários, dos quais 387 foram considerados válidos para análise após a exclusão de respostas inconsistentes.

atividades buscou alcançar uma maior aproximação da política pública municipal às necessidades e preferências da população, bem como elevar a satisfação dos contribuintes com os serviços e políticas públicas prestadas através da produção de efeitos específicos, como afirma Rua (2009).

Uma vez identificados os serviços/políticas públicas mais carentes e de maior preferência da população foi possível a elaboração, segundo Howlett e Ramesh (2005), da montagem da agenda para investimentos, seguida da formulação da política com suas tomadas de decisão, implementação e, posteriormente, avaliação. Estas fases configurariam o que ficou denominado como “ciclo de políticas”.

Assim, seguindo o pensamento de Draibe (2001), espera-se que as políticas públicas, municiadas das informações geradas neste trabalho, sejam eficientes, uma vez que os recursos gastos para suas implementações seriam direcionados para os bairros e áreas carentes do município aqui identificados. Além disso, espera-se obter a eficácia dos gastos públicos na medida em que estes possibilitem o alcance dos objetivos propostos pelos serviços e políticas públicas. Finalizando, o aumento das informações pode contribuir para que, no processo de formulação e implementação da política/serviço público, seja alcançada a efetividade de maneira que a política ou o serviço público implementado possam gerar externalidades positivas.

É importante salientar como foi definido o tamanho da amostra para a cidade de Viçosa-MG. Adotou-se uma margem de erro ( $e$ ) de 5% e um Intervalo de Confiança de 95%, resultado em uma amostra de 383 indivíduos. A fórmula de cálculo, obtida de Neder (2003), é apresentada na equação (12):

$$n = \frac{Z_p^2 p(1-p)}{e^2} \quad (12)$$

$n$  é o tamanho da amostra (383);  $Z$  é a variável  $z$  normal padronizada, considerada para um determinado nível de significância  $p$  (5%);  $(1-p)$  é o intervalo de confiança (95%); e  $e$  é a margem de erro (5%). Acrescenta-se que o cálculo para chegar ao número de entrevistados foi ponderado pelo inverso dos dados da APOV, e que este mesmo peso foi utilizado para o cálculo das dos setores.

Seguindo as indicações de Hair *et al* (2005), foi realizado um treinamento com a equipe de aplicação dos questionários, em 16 de março de 2024, no qual foram abordados a definição e importância da pesquisa, as metodologias empregadas, os tipos de perguntas, a forma de aplicação, a estrutura do questionário e a agenda de execução. Terminado tal treinamento, foram

realizadas duas rodadas de aplicação de 35 questionários teste, a primeira em 16 de março e a segunda em 16 de abril, seguida de ajustes nos questionários nos dias 26 de março e 18 de abril. Após estas aplicações foram avaliados os locais selecionados para a coleta de dados, bem como as perguntas e suas ordens no questionário, visando a resposta fluida dos entrevistados, além de uma representatividade de gênero e bairros compatíveis com os dados do IBGE e com o cadastro de edificações da Prefeitura de Viçosa de 2016.

A fase de elaboração do projeto foi conduzida entre 28 de março e 7 de maio de 2024, incluindo a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa<sup>4</sup> em 18 de abril e sua aprovação em 7 de maio. Após essas etapas, foi realizada a aplicação oficial entre 13 e 28 de maio de 2024. O questionário aplicado está apresentado no Apêndice A e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos os participantes está no Anexo A.

Com o intuito de aprofundar a análise e direcionar adequadamente os esforços para os serviços que gozam da preferência da população é interessante uma avaliação direcionada para as diferentes regiões da cidade. Dessa forma, a cidade de Viçosa foi dividida em 19 setores, da mesma forma que Cirino (2025). O Quadro 1 define os respectivos setores, compostos por bairros de Viçosa, que foram previamente definidos, tendo como critério a vizinhança direta e população (Cirino, 2025).

Quadro 1 - Definição dos setores utilizados no trabalho, com base nos bairros/localidades, para a cidade de Viçosa-MG

| <b>Setor</b> | <b>Bairros</b>  |
|--------------|---|
| Setor1       | Silvestre; Novo Silvestre; Parque do Ipê; São Francisco de Assis; e Paula                     |
| Setor2       | João Braz da Costa Val; Inconfidência; Recanto da Serra; Violeira; Liberdade 1; e Liberdade 2 |
| Setor3       | Vau-Açu; Boa Vista; São José; e Arduino Bolivar   |
| Setor4       | Barrinha; Cidade Nova   |
| Setor5       | Nova Era; e Inácio Martins  |
| Setor6       | Santo Antônio; Julia Molla  |
| Setor7       | Vale do Sol; União; São Sebastião; Santa Luzia; e Morada do Sol                               |
| Setor8       | Veredas do Bosque; Belvedere  |
| Setor9       | Centro; Quintas Guimarães Ferreira; Campus Universitário                                      |
| Setor10      | Maria Eugênia; Betânia; Juscelino Kubitschek (JK); Santa Clara; e Lourdes                     |

<sup>4</sup> CAAE: 79353124.9.0000.5153; Comitê de Ética da UFV: 5153

|         |   |
|---------|---|
| Setor11 | Ramos; e Clélia Bernardes                                     |
| Setor12 | Bom Jesus; Estrelas; e Sagrada Família                        |
| Setor13 | Fátima; e Prefeito Moacir Andrade                             |
| Setor14 | Nova Viçosa   |
| Setor15 | Rua Nova; Romão Reis; Acamari; Monte Verde; Palmital; Paraíso |
| Setor16 | São José do Triunfo; Bom Sucesso; e Carlos Dias               |
| Setor17 | Cachoeirinha  |
| Setor18 | Bela Vista  |
| Setor19 | Outros: Zona Rural; e Cidade Jardim                           |

Fonte: Dados da pesquisa.

Importa destacar que os questionários foram aplicados nas ruas, logo, a pesquisa é composta apenas por pessoas ativas, que têm condições de frequentarem locais públicos. Ademais, é relevante salientar que, no momento de aplicação do questionário, o município enfrentava uma grave crise de saúde pública, fator que pode ter influenciado as percepções da população acerca das prioridades em serviços públicos.

O tratamento dos dados ocorreu entre 28 de maio e 27 de junho de 2024, quando foram levantadas as principais necessidades do município e realizados os procedimentos de análise e tabulação. Contudo, alguns desafios institucionais interferiram na utilização plena dos resultados: problemas gerenciais na Prefeitura, incluindo a troca da secretária responsável, geraram descontinuidade nas diretrizes e comprometeram a articulação com a equipe. Em consequência, parte das informações de grande relevância para o planejamento municipal foi subutilizada, reduzindo o impacto potencial da pesquisa no ciclo de formulação das políticas públicas locais.

### **3.2 Estratégia de Identificação**

Considerando a relevância de se conhecer as preferências por serviços públicos e semipúblicos e sua relação com a oferta eficaz de tais bens, conforme definido anteriormente, este trabalho tem como objetivo básico explicar a preferência declarada dos habitantes de Viçosa-MG quanto a esses serviços e avaliar os principais fatores que afetam a preferências dos diferentes serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Viçosa.

Como toda avaliação de satisfação e utilidade, os agentes classificam sua preferência em categorias distintas, onde cada serviço pode ser alocado em uma das quatro possibilidades. Embora a estrutura sugira uma hierarquia intrínseca nas opções, optou-se pelo modelo logit multinomial, que de acordo com Menard (2010) é adequado para casos como o deste estudo, em que as categorias da variável dependente podem ser tratadas como nominalmente distintas. Destaca-se que essa abordagem é especialmente adequada quando se assume que os determinantes da escolha podem afetar de maneira heterogênea cada categoria de resposta, e que a não inclusão de um serviço como o mais relevante pode ser resultado de muitos fatores, que não necessariamente uma menor utilidade.

Diferente do modelo ordinal, o modelo logit multinomial é utilizado quando as alternativas de escolha não possuem uma relação de ordem entre si ou quando não atendem a premissa de regressão paralela (Liang; Bi; Zhan, 2020), o que se aplica às preferências por diferentes tipos de serviços públicos, como saúde, educação, segurança e transporte público. Quanto a especificação do modelo, a equação para o logit multinomial pode ser descrita como se segue:

$$P(Y_i = j|X_i) = \frac{e^{X_i\beta_j}}{\sum_{k=1}^J e^{X_i\beta_k}} \quad \text{tal que } j=1, 2, 3, 4 \quad (10)$$

onde  $P(Y_i = j|X_i)$  é a probabilidade do indivíduo  $i$  escolher a categoria  $j$ , dado o vetor de características  $X_i$ . Os  $\beta_j$ 's são os coeficientes estimados para cada alternativa do vetor de serviços públicos ou semipúblicos. O somatório indicado no denominador é feito sobre todas as alternativas  $J$ , de forma a garantir que as probabilidades somem 1.

Foram pesquisadas a preferência individual por 13 categorias de serviços que a Prefeitura Municipal de Viçosa oferece. A saber: transporte escolar, transporte público (doravante chamado de transporte), creche, escola pública (doravante, educação), assistência social, unidade básica de saúde (doravante, saúde), coleta de lixo e limpeza urbana, água, saneamento básico, iluminação pública, pavimentação, segurança pública e lazer. No entanto, conforme apresentado na seção 4.1, os serviços priorizados foram: saúde (0), educação (1), segurança (2), transporte (4). Por esse motivo, estes serviços foram analisados em separado e os demais (4) foram analisados em conjunto. Assim, o modelo utilizado para explicar a preferência por serviços ( $j = 1, 2, 3, 4$ ) prestados pela Prefeitura de Viçosa, está definido na equação (11), cujas variáveis estão descritas no Quadro 2.

$$\log \left( \frac{P(Y_i=j|X_i)}{P(Y_i=4|X_i)} \right) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_{4i} X_{4i} + \beta_5 X_5 + \beta_{6i} X_{6i} + \beta_{7i} X_{7i} + \beta_{8i} X_{8i} + \varepsilon_i \quad (11)$$

onde  $P(Y_i = 4|X_i)$  é a categoria de referência e cada uma das alternativas  $j$  (saúde, escolas, segurança e transporte) é comparada com a escolha pela referência (ou variável base, que neste caso são os demais serviços). Dessa forma para cada categoria de  $j$ , estima-se os  $\beta_j$ , que representam como as características  $X_i$  influenciam a escolha do serviço. O termo de erro  $\varepsilon$  é assumido como independente e identicamente distribuído (iid), segundo distribuição logística. As variáveis explicativas são:  $X_1$  representa a idade do indivíduo;  $X_2$  é a cor;  $X_3$  identifica o gênero;  $X_{4i}$  define a renda familiar, com  $i = 1,2,3,4, 5$ ;  $X_5$  define o estado civil;  $X_{6j}$  representa os filhos, com  $j = 1,2,3,4$ ;  $X_{7k}$  define a educação, com  $k = 1,2,3$ ; e  $X_{8l}$  define se a pessoa está trabalhando, com  $l = 1,2$  e  $X_{9m}$  define se a pessoa utiliza serviços públicos.

Quadro 2 - Descrição das variáveis utilizadas para explicar a preferência por serviços públicos em Viçosa-MG, em 2024

| Dados   | Variáveis | Descrição das variáveis  |
|---|-----------|--|
| Preferência pelos serviços públicos prestados em Viçosa | $Y_i$     | A preferência assume valores de 0 a 4, sendo que: 0 define saúde como prioridade; 1 define a educação; 2 define segurança pública; 3 o transporte público e 4 os demais serviços.  |
| Idade   | $X_1$     | Idade do indivíduo no momento do levantamento das informações  |
| Cor do indivíduo  | $X_2$     | <i>Dummy</i> que representa a cor do indivíduo. Assume valor 1 para branco e 0 para não branco.  |
| Gênero  | $X_3$     | <i>Dummy</i> que representa o gênero do indivíduo entrevistado. Assume valor 1 para masculino e valor 0 para feminino.   |
| Renda Familiar em Reais                                 | $X_{4i}$  | <i>Dummies</i> para representar as faixas de renda familiar, em salários-mínimos, sendo que a faixa de renda menor do que 1 salário-mínimo é a base.<br>$X_{41} = 1$ se o indivíduo possui renda de 1 a 3 e 0, c.c.<br>$X_{42} = 1$ se o indivíduo possui $3 < renda \leq 5$ e 0 c.c.<br>$X_{43} = 1$ se o indivíduo possui $5 < renda \leq 7$ e 0 c.c.<br>$X_{44} = 1$ se o indivíduo possui $renda > 7$ e 0 c.c. |
| Estado Civil  | $X_5$     | $X_5 = 1$ se o indivíduo vive em união estável e 0 caso contrário.   |
| Filhos  | $X_{6j}$  | <i>Dummies</i> para representar o nível de escolaridade, sendo que filho de 0 a 2 anos é a base.<br>$X_{61} = 1$ se a pessoa tem filho de 2 a 6 anos e 0 c.c.<br>$X_{62} = 1$ se a pessoa tem filho de 7 a 14 anos e 0 c.c.<br>$X_{63} = 1$ se a pessoa tem filho de 15 a 18 anos e 0 c.c.<br>$X_{64} = 1$ se a pessoa tem filho de mais de 18 anos e 0 c.c.   |
| Educação  | $X_{7k}$  | <i>Dummies</i> para representar o nível de escolaridade, sendo que o superior completo é a base.   |

|                   |          |  |
|-------------------|----------|--|
|                   |          | $X_{73} = 1$ se o indivíduo possui fundamental incompleto e 0 c.c.<br>$X_{71} = 1$ se o indivíduo possui fundamental completo e médio incompleto e 0, c.c.<br>$X_{72} = 1$ se o indivíduo possui médio completo ou superior incompleto e 0 c.c.  |
| Trabalho          | $X_{8l}$ | <i>Dummies</i> para representar sua condição na força de trabalho, sendo que aqueles indivíduos que estão aposentados ou não procuraram emprego nos últimos trinta dias são considerados base.<br>$X_{71} = 1$ se o indivíduo está empregado e 0, c.c.<br>$X_{72} = 1$ se o indivíduo está desempregado e procurou emprego nos últimos 30 dias e 0 c.c.  |
| Serviços Públicos | $X_{9m}$ | <i>Dummies</i> para representar se o indivíduo utiliza serviços públicos, sendo o transporte escolar a base.<br>$X_{91} = 1$ se o indivíduo usa transporte público e 0, c.c.<br>$X_{92} = 1$ se o indivíduo utiliza creche e 0, c.c.<br>$X_{93} = 1$ se o indivíduo utiliza escola e 0, c.c.<br>$X_{94} = 1$ se o indivíduo utiliza assistência social e 0, c.c.<br>$X_{95} = 1$ se o indivíduo utiliza UBS e 0, c.c.<br>$X_{96} = 1$ se o indivíduo utiliza segurança pública e 0, c.c.<br>$X_{97} = 1$ se o indivíduo utiliza coleta de lixo e 0, c.c.<br>$X_{98} = 1$ se o indivíduo utiliza água e 0, c.c.<br>$X_{99} = 1$ se o indivíduo utiliza iluminação pública e 0, c.c.<br>$X_{910} = 1$ se o indivíduo utiliza saneamento e 0, c.c.<br>$X_{911} = 1$ se o indivíduo utiliza pavimentação e 0, c.c.<br>$X_{912} = 1$ se o indivíduo utiliza lazer e 0, c.c. |

Fonte: Elaboração própria.

Cumpramos ressaltar que na estimação, foram utilizados os pesos referentes aos bairros do município, seguindo a definição de Cirino (2025). Ademais, de forma a atestar a robustez do modelo estimado, foram realizados testes apropriados para este tipo de modelo estimado. O teste de Wald foi utilizado para avaliar a validade do modelo. A hipótese nula deste teste é de que, em conjunto, as variáveis explicativas não explicam a probabilidade de escolha dos serviços públicos. (Hausman; McFadden, 1984).

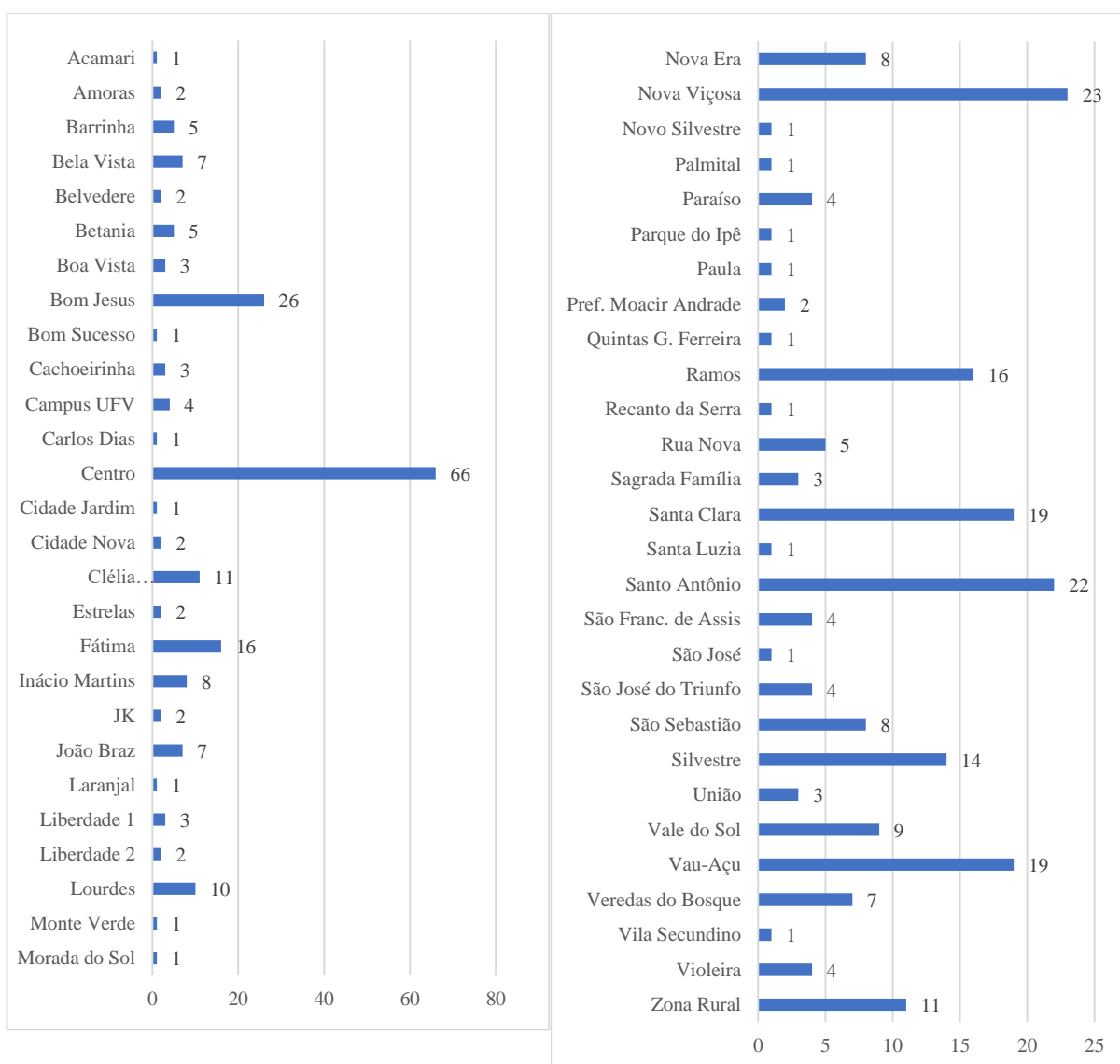
Com vistas a verificar se existia multicolinearidade no modelo, foi estimado o Fator de Inflação da Variância (VIF), que é útil para analisar se as variáveis explicativas são prejudicialmente correlacionadas umas com as outras, o que infla o erro-padrão das estimativas, conforme explicado por Lima e Paixão (2011). Ademais, calculou-se a curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*), que avalia a performance do modelo em termos de capacidade de discriminação. Quanto mais próximo de 1, o valor abaixo da curva, melhor a capacidade do modelo em discriminar entre as diferentes categorias de escolha (Prinzie; Van Den Poel, 2008).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 4.1 Análise descritiva inicial

Esta seção, apresenta uma análise descritiva da amostra, focando na preferência pelos serviços públicos ofertados pela Prefeitura Municipal de Viçosa. Conforme apresentado na Metodologia, a amostra final possui 387 participantes, distribuídos pelos bairros do município como apresentado na Figura 2, que evidencia que a maioria dos participantes são residentes do Centro (66 observações), seguido por Bom Jesus, Nova Viçosa e Santo Antônio, com 26, 23 e 22, respectivamente.

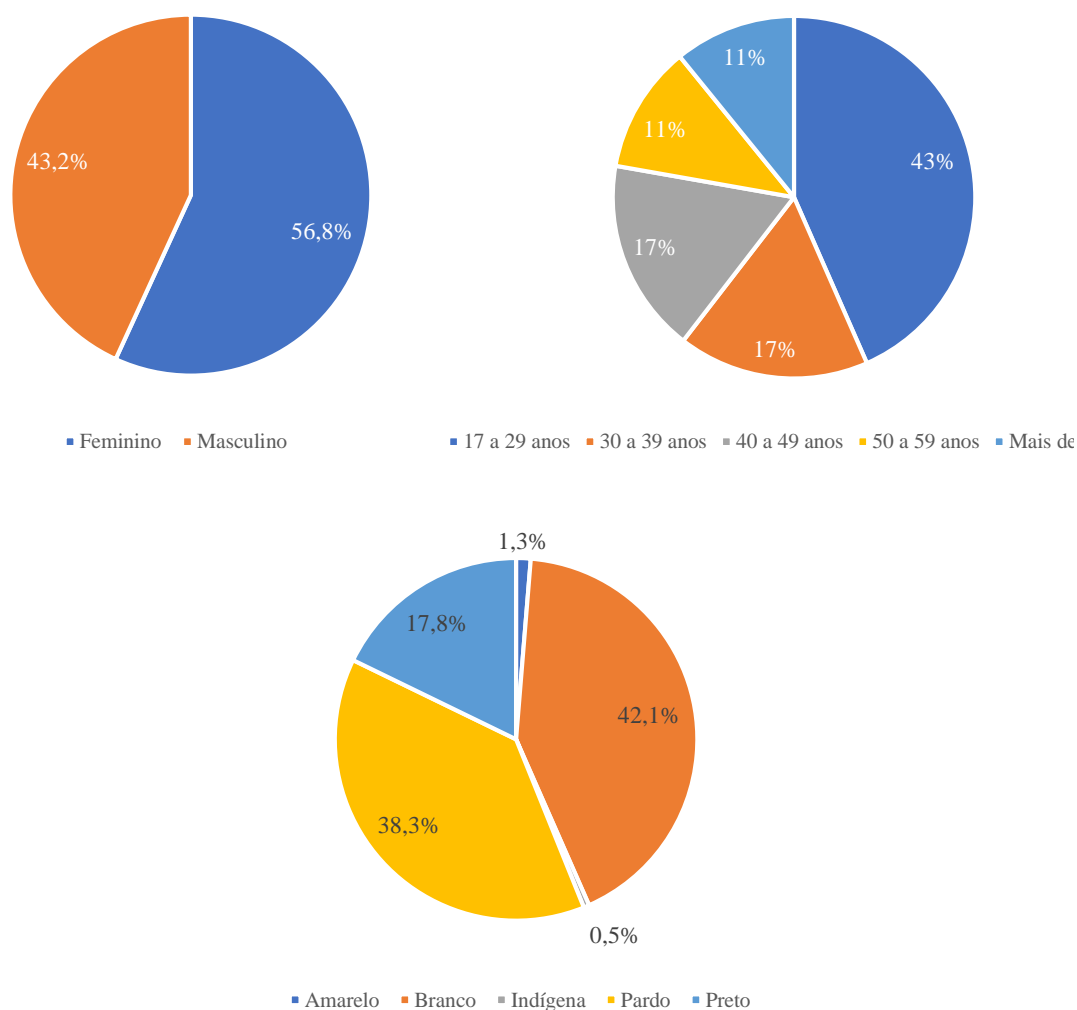
Figura 2 – Participação das respostas dos questionários nos Bairros de Viçosa-MG



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao sexo dos participantes (Figura 3), há predominância de mulheres, perfazendo 56,8% dos respondentes, o que vai ao encontro da divisão por sexo encontrada no Censo 2022, em que as mulheres correspondem a uma porcentagem maior do que de homens (IBGE Cidades, 2023). No que se refere à idade dos participantes, há uma alta representatividade de pessoas jovens, com idades entre 17 e 29 anos, representando 43% da amostra, o que novamente vai ao encontro da população real da cidade, conforme IBGE Cidades (2023), que em sua pirâmide etária evidencia que a maior parte da população viçosense se concentra entre 15 e 29 anos. Baumgartner (2015) aponta que em cidades universitárias é comum que exista mais pessoas jovens do que em outras cidades semelhantes em tamanho. Já a cor, há predominância de brancos e pardos, que juntos, somam mais de 80% da população.

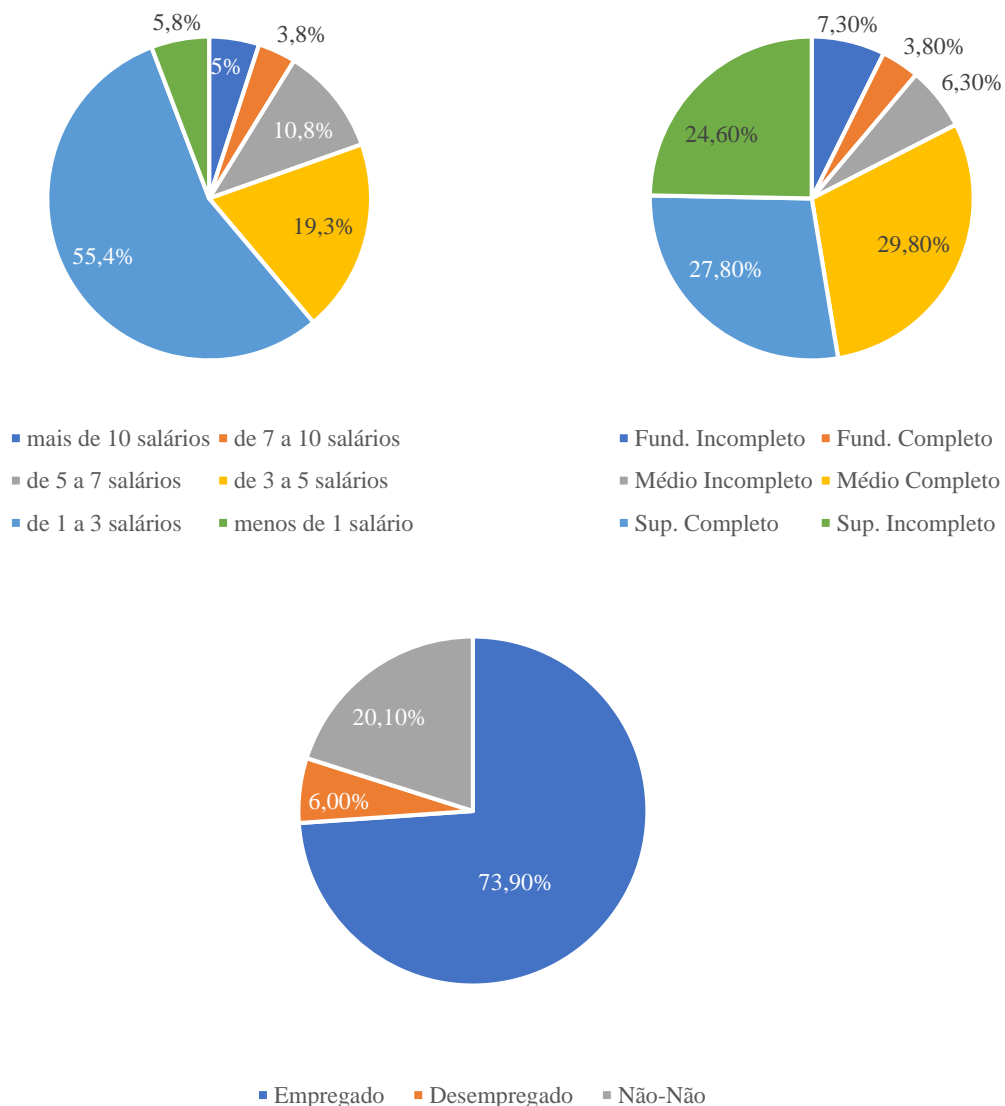
Figura 3 - Divisão dos entrevistados de acordo com o gênero, faixa etária e cor



Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode ser observado na Figura 4, a maior parte da amostra, 55,4%, se encontra na faixa de renda familiar que engloba de 1 a 3 salários-mínimos, seguido pela faixa mais do que 3 a 5 salários-mínimos com 19,3%. Este nível de renda é compatível com a renda nacional, que no ano de 2024, chegou a R\$3.057,00, o equivalente a pouco mais de dois salários-mínimos, (Veja, 2025), que é semelhante ao valor encontrado por Carvalho *et al.* (2021), que analisa características socioeconômicas de trabalhadores terceirizados da UFV.

Figura 4 Distribuição da amostra considerando faixas de renda familiar nível máximo de escolaridade e condição no mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora.

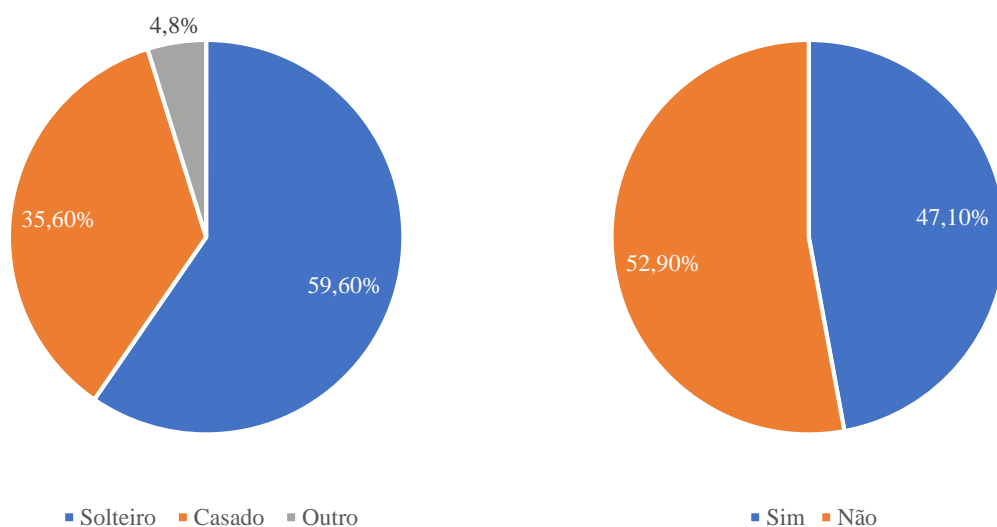
Ademais, nota-se que a maioria da amostra está empregada (73,9%), no entanto, há uma alta prevalência de pessoas não-não, ou seja, que nem trabalham e nem estudam (20,10%). Este

resultado evidencia que em Viçosa, da mesma forma que no Brasil, é expressivo o número de pessoas que não estão trabalhando, estudando, nem procurando trabalho, conforme apresenta Catto (2024), que afirma que, conforme dados da Pnad, 21,1% dos jovens estão nessa situação.

Já com relação à escolaridade, a Figura 4 mostra que a maioria apresenta ensino médio completo (29,8%), seguidos de superior completo (27,8%) e superior incompleto (24,6%). A quantidade de pessoas com ensino superior completo e incompleto pode ser justificada pela forte presença de estudantes de ensino superior no município atraídos pelas UFV e outras instituições de ensino. Um estudo realizado por Araújo (2019) mostrou que as escolas viçosenses preparam melhor os alunos para o ingresso no ensino superior relativamente a outros municípios, o que pode ajudar a explicar a alta prevalência de pessoas que acessaram essa etapa de ensino no município.

A distribuição de estado civil e de pessoas com filhos no município estão apresentadas na Figura 5, onde se observa que 35,6% da amostra é casada e que 47,1% dos entrevistados possuem filhos. Observa-se que há muito mais pessoas solteiras (59,6%), o que pode ser um reflexo da quantidade de pessoas jovens do município. Além disso, conforme discutido anteriormente, Viçosa possui predominância de pessoas que acessaram o ensino superior (52,14%) e essas pessoas, geralmente permanecem solteiras mais tempo, sendo que muitas nem chegam a se casarem (Situmorang, 2007).

Figura 5 - Distribuição da amostra considerando o estado civil e a existência de filhos



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme descrito na seção metodológica, os bairros foram agrupados em 19 setores, cujo critério foi a vizinhança direta dos mesmos, com vistas a facilitar tanto a análise como a proposição de políticas direcionadas. Assim, a tabela 1, a seguir apresenta as características socioeconômica dos respondentes, por setor.

Tabela 1 - Características (médias) socioeconômicas dos moradores de acordo com os setores 1 a 10 definidos para Viçosa-MG

| Variáveis     | Setor1 | Setor 2 | Setor 3 | Setor 4 | Setor 5 | Setor 6 | Setor 7 | Setor 8 | Setor 9 | Setor 10 |
|---------------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|
| Obs.          | 21     | 17      | 26      | 7       | 16      | 22      | 22      | 9       | 72      | 36       |
| % Masc.       | 28,57  | 47,06   | 65,38   | 14,29   | 25      | 31,82   | 31,82   | 55,56   | 50      | 36,11    |
| % Branco      | 42,86  | 64,71   | 26,92   | 0       | 50      | 54,55   | 36,36   | 66,67   | 56,94   | 36,11    |
| % com filhos  | 61,9   | 23,53   | 65,38   | 42,86   | 68,75   | 50      | 59,09   | 33,33   | 33,33   | 33,33    |
| Idade         | 35     | 36      | 41      | 31      | 38      | 39      | 40      | 37      | 32      | 36       |
| Nº de morador | 2      | 2,06    | 2,46    | 3       | 2,69    | 1,77    | 2,36    | 1,89    | 2,6     | 1,97     |
| % de casado   | 33,33  | 41,18   | 46,15   | 28,57   | 56,25   | 31,82   | 31,82   | 11,11   | 26,39   | 36,11    |
| % desemp.     | 9,52   | 0       | 0       | 0       | 0       | 9,09    | 0       | 0       | 11,11   | 8,33     |
| % com Renda0  | 14,29  | 0       | 3,85    | 0       | 0       | 4,55    | 9,09    | 0       | 5,56    | 5,56     |
| % com Renda1  | 71,43  | 35,29   | 88,46   | 100     | 43,75   | 50      | 68,18   | 11,11   | 54,17   | 44,44    |
| % com Renda2  | 4,76   | 11,76   | 7,69    | 0       | 18,75   | 22,73   | 13,64   | 44,44   | 16,67   | 33,33    |
| % com Renda3  | 4,76   | 35,29   | 0       | 0       | 31,25   | 9,09    | 4,55    | 33,33   | 8,33    | 11,11    |
| % com Renda4  | 0      | 11,76   | 0       | 0       | 6,25    | 0       | 4,55    | 11,11   | 5,56    | 2,78     |
| % com Renda5  | 4,76   | 5,88    | 0       | 0       | 0       | 13,64   | 0       | 0       | 9,72    | 2,78     |
| % sem fund.   | 14,29  | 0       | 26,92   | 0       | 0       | 9,09    | 13,64   | 0       | 0       | 2,78     |
| % com fund.   | 14,29  | 5,88    | 3,85    | 0       | 0       | 4,55    | 9,09    | 0       | 8,33    | 5,56     |
| % com médio   | 52,38  | 35,29   | 69,23   | 100     | 62,5    | 36,36   | 54,55   | 22,22   | 65,28   | 47,22    |
| % com sup.    | 19,05  | 58,82   | 0       | 0       | 37,5    | 50      | 22,73   | 77,78   | 26,39   | 44,44    |

Nota: Obs. é o número de observações levantadas nos respectivos setores de Viçosa; % Masc. É o percentual de pessoas do gênero masculino; % Brancos é o percentual de pessoas autodeclaradas brancas e amarelas; % com

filhos é o percentual de pessoas com filhos; Idade é o número de anos completos da pessoa; N° de moradores é o número de pessoas que residem no domicílio; % de casados é o percentual de pessoas casadas; % desemp. é o percentual de pessoas desempregadas; % com Renda0 é o percentual de pessoas com renda menor do que 1 salário mínimo; % com Renda1 é o percentual de pessoas com renda com 1 até 3 salários mínimos; % com Renda2 é o percentual de pessoas com renda maior do que 3 até 5 salários mínimos; % com Renda3 é o percentual de pessoas com renda maior do que 5 até 7 salários mínimos; % com Renda4 é o percentual de pessoas com renda maior do que 7 até 10 salários mínimos; % com Renda5 é o percentual de pessoas com renda maior 10 salários mínimos; % sem fund é o percentual de pessoas sem o ensino fundamental completo; % com fund. é o percentual de pessoas que tem como maior nível de escolaridade o ensino fundamental completo; % com médio é o percentual de pessoas que tem como maior nível de escolaridade o ensino médio completo; % com sup. é o percentual de pessoas que tem como maior nível de escolaridade o ensino superior completo.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 2 - Características (médias) socioeconômicas dos moradores de acordo com os setores 11 a 19 definidos para Viçosa-MG

| Variáveis     | Setor 11 | Setor 12 | Setor 13 | Setor 14 | Setor 15 | Setor 16 | Setor 17 | Setor 18 | Setor 19 |
|---------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Obs.          | 27       | 31       | 18       | 23       | 12       | 6        | 3        | 7        | 12       |
| % Masc.       | 62,96    | 61,29    | 33,33    | 30,43    | 50       | 66,67    | 0        | 14,29    | 25       |
| % Branco      | 55,56    | 29,03    | 55,56    | 17,39    | 16,67    | 33,33    | 33,33    | 14,29    | 25       |
| % com filhos  | 11,11    | 61,29    | 50       | 65,22    | 41,67    | 83,33    | 100      | 71,43    | 75       |
| Idade         | 30       | 40       | 39       | 36       | 33       | 42       | 69       | 38       | 39       |
| N° de morador | 2,26     | 2,9      | 2,28     | 2,96     | 4,33     | 2,67     | 2,33     | 3,29     | 3,25     |
| % de casado   | 18,52    | 45,16    | 38,89    | 39,13    | 41,67    | 50       | 66,67    | 28,57    | 66,67    |
| % desemp.     | 11,11    | 3,23     | 11,11    | 8,7      | 0        | 0        | 0        | 0        | 8,33     |
| % com Renda0  | 7,41     | 9,68     | 0        | 8,7      | 8,33     | 0        | 0        | 14,29    | 8,33     |
| % com Renda1  | 33,33    | 61,29    | 55,56    | 65,22    | 41,67    | 33,33    | 66,67    | 85,71    | 75       |
| % com Renda2  | 25,93    | 19,35    | 33,33    | 26,09    | 8,33     | 16,67    | 33,33    | 0        | 16,67    |
| % com Renda3  | 14,81    | 9,68     | 0        | 0        | 33,33    | 33,33    | 0        | 0        | 0        |
| % com Renda4  | 11,11    | 0        | 5,56     | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        |
| % com Renda5  | 7,41     | 0        | 5,56     | 0        | 8,33     | 16,67    | 0        | 0        | 0        |
| % sem fund.   | 0        | 6,45     | 0        | 17,39    | 25       | 16,67    | 66,67    | 14,29    | 16,67    |
| % com fund.   | 3,7      | 29,03    | 5,56     | 21,74    | 25       | 0        | 33,33    | 14,29    | 16,67    |

|             |       |       |       |       |       |       |   |       |       |
|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---|-------|-------|
| % com médio | 55,56 | 54,84 | 55,56 | 56,52 | 33,33 | 50    | 0 | 71,43 | 50    |
| % com sup.  | 40,74 | 9,68  | 38,89 | 4,35  | 16,67 | 33,33 | 0 | 0     | 16,67 |

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota-se que o setor 9, composto pelos bairros do Centro, Quintas Guimarães Ferreira, pelo Campus Universitário e dentro dele pela Vila Secundino (conforme Quadro 1 da Metodologia), foi o setor de maior representatividade na amostra, com 72 observações das 387. Destaca-se para esse setor o fato de 11,11% das pessoas estarem desempregadas e que a renda familiar se encontra entre 1 e 5 salários-mínimos, com uma idade média de 32 anos. Outro destaque é que, neste setor, 65,28% apresentam ensino médio completo e 26,39% já possuem o superior completo. Com estes dados, somados às informações já descritas anteriormente, é possível afirmar que tal setor apresenta pessoas de renda familiar na média da amostra, confirmando-se o mesmo para a escolaridade.

Com 36 observações, o Setor 10 aparece como sendo o segundo em representatividade na amostra. Este setor é composto pelos bairros Maria Eugênia, Betânia, Juscelino Kubitschek (JK), Santa Clara e Lourdes. Tirando o fato desta população ser composta em sua maioria por mulheres, pretos e pardos, o Setor 10 apresenta as demais características bem similares às do Setor 9, mas com uma concentração maior de pessoas com rendas mais baixas (Oliveira, 2015).

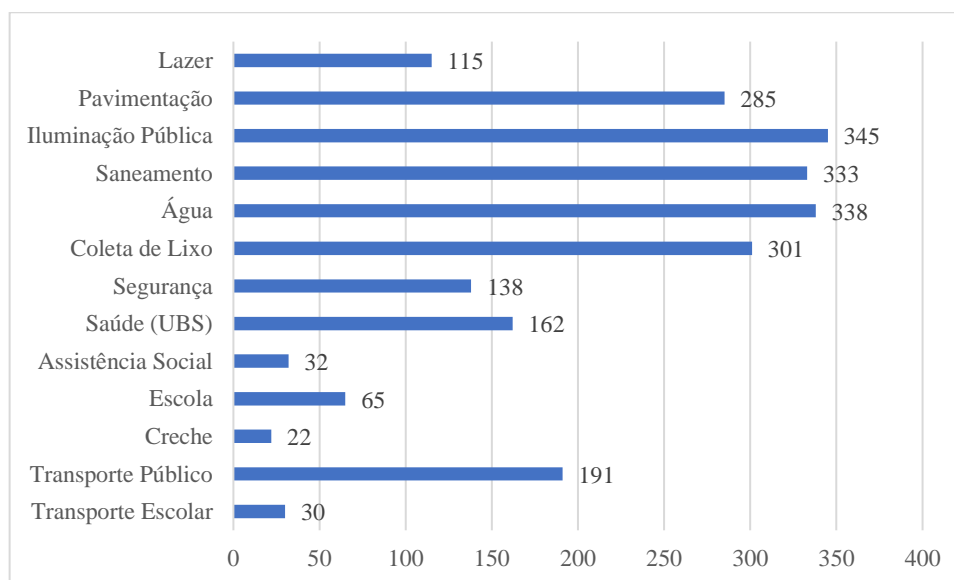
Os Setores 12, 11 e 3 também se destacaram na amostra, apresentando expressiva representatividade. No Setor 3, localizam-se os bairros de Vau-Açu, Boa Vista, São José e Arduino Bolivar. Nessa região, a idade média da população é de 41 anos, com predominância de indivíduos do sexo masculino, pretos e pardos. Outra característica marcante é que a grande maioria (88,46%) das famílias está enquadrada na faixa de renda de 1 a 3 salários-mínimos. Quanto à escolaridade, predomina o ensino médio completo (69,23%), embora haja um percentual relevante de pessoas com o fundamental incompleto (26,92%). O Setor 12 compartilha atributos semelhantes.

Já o Setor 11, formado pelos bairros Ramos e Clélia Bernardes, apresenta um perfil distinto. Nele, a renda familiar concentra-se entre 1 e 5 salários-mínimos, mas há também uma parcela significativa em estratos superiores. Em termos demográficos, assemelha-se ao Setor 9, com idade média de 30 anos e taxa de desemprego de 11,11%. Quanto à formação educacional, destacam-se o ensino médio completo e o superior completo. Este resultado vai ao encontro dos achados de Bastos Filho (2019), que ao criarem um índice de segregação socioespacial de

Viçosa, concluíram que esses bairros possuem mais equipamentos urbanísticos e baixos índices de vulnerabilidade social.

Quanto aos serviços que as pessoas utilizam de forma regular (Figura 6), a entrevista permitiu que as pessoas respondessem quantos serviços públicos desejassem. Os resultados indicam que o serviço mais citado foi a iluminação pública, seguida de perto pela água e saneamento. Estes, por serem essenciais para condições mínimas de vida das pessoas, era esperado que tivesse uma alta prevalência de pessoas que os utilizam. No entanto, chama a atenção que 42 pessoas não relatam utilizar regularmente o serviço de iluminação pública e 49 a água, que deveriam estar sendo ofertado universalmente. O serviço menos utilizado pelas pessoas foi o de creche.

Figura 6 - Serviços públicos mais utilizados regularmente

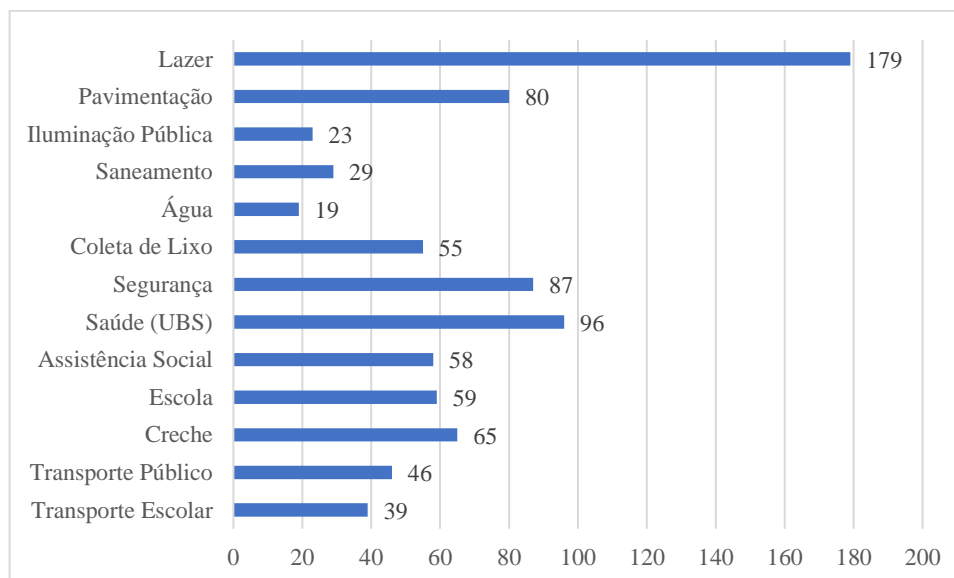


Fonte: Elaborado pela autora.

Interessante notar que a despeito de 49 pessoas relatarem não utilizar regularmente a água, apenas 19 apontaram que não havia este serviço em seu bairro. Já a iluminação pública, 23 entrevistados declararam a falta (Figura 7). Possíveis explicações para essa discrepância dizem respeito ao esquecimento do entrevistado em assinalar este serviço público, ou ainda, que este serviço pode estar sendo ofertado de forma intermitente ou insatisfatória. No caso da iluminação pública, é comum que na zona rural tenha energia elétrica apenas dentro das residências. Já a não utilização de água pode estar relacionada com métodos alternativos de captação de água, como poço artesiano. Chama a atenção ainda que o serviço que é menos

ofertado nos bairros, de acordo com os entrevistados, é o lazer, com 179 pessoas que declararam a falta deste serviço. Em seguida, observa-se a saúde e a segurança.

Figura 7 - Serviços públicos que não estão disponíveis no bairro do entrevistado



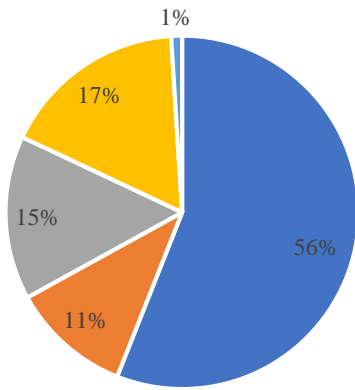
Fonte: Elaborado pela autora.

A figura 8 apresenta a avaliação dos serviços pelos entrevistados. Foram oferecidas as possibilidades: ótimo, bom, regular, ruim e não sabe, sendo essa última voltada para as pessoas que não utilizam o serviço. Chama a atenção o fato de que muitos serviços apresentam alta porcentagem de pessoas que declararam não saber opinar a respeito, o que será discutido mais adiante.

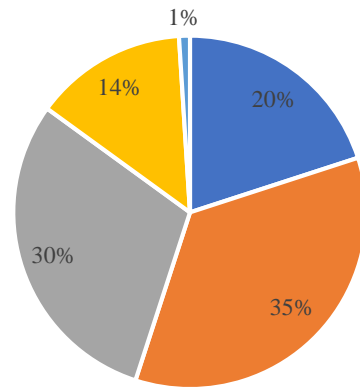
Figura 8 - Avaliação dos serviços públicos na cidade de Viçosa

#### 8.1 Transporte escolar

#### 8.2 Transporte Público

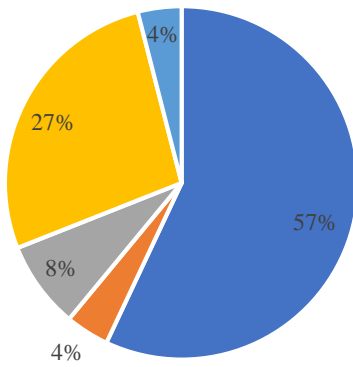


■ Não sabe ■ Ruim ■ Regular ■ Bom ■ Ótimo



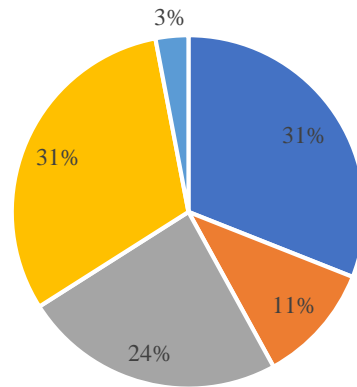
■ Não sabe ■ Ruim ■ Regular ■ Bom ■ Ótimo

### 8.3 Creches públicas



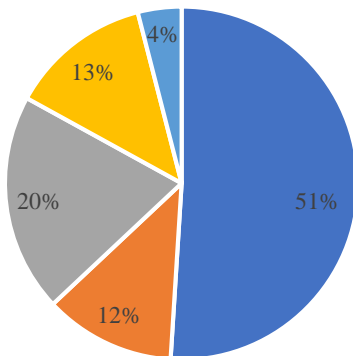
■ Não sabe ■ Ruim ■ Regular ■ Bom ■ Ótimo

### 8.4 Escolas Públicas



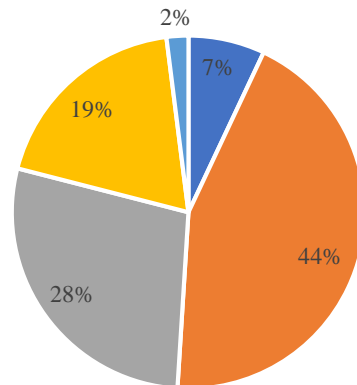
■ Não sabe ■ Ruim ■ Regular ■ Bom ■ Ótimo

### 8.5 Assistência Social



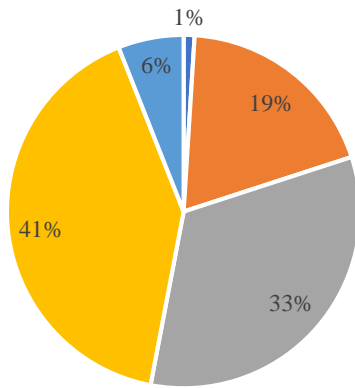
■ Não sabe ■ Ruim ■ Regular ■ Bom ■ Ótimo

### 8.6 Saúde



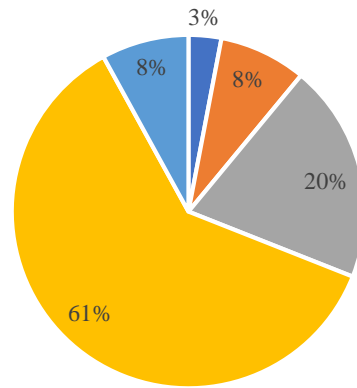
■ Não sabe ■ Ruim ■ Regular ■ Bom ■ Ótimo

8.7 Coleta de Lixo



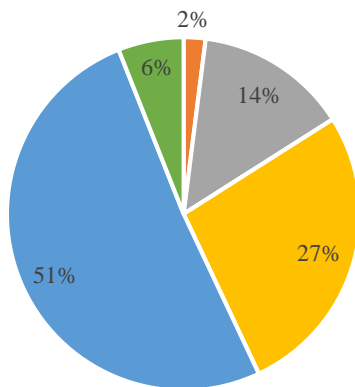
■ Não sabe ■ Ruim ■ Regular ■ Bom ■ Ótimo

8.8 Abastecimento de Água



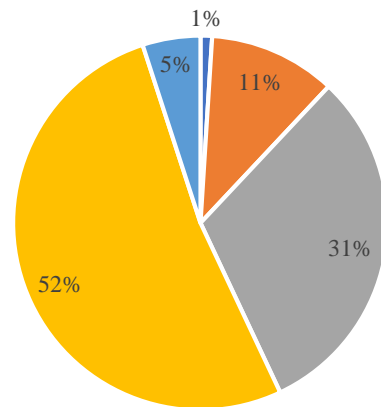
■ Não sabe ■ Ruim ■ Regular ■ Bom ■ Ótimo

8.9 Saneamento Básico



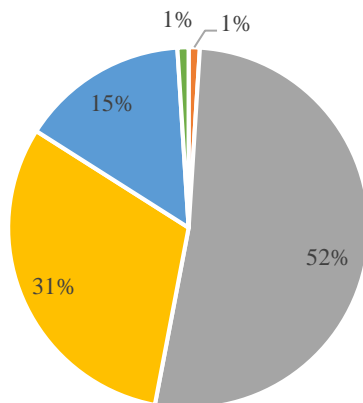
■ Não sabe ■ Ruim ■ Regular ■ Bom ■ Ótimo

8.10 Iluminação Pública



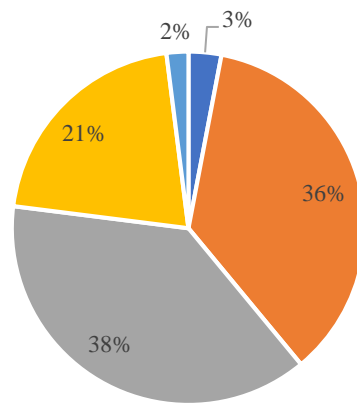
■ Não sabe ■ Ruim ■ Regular ■ Bom ■ Ótimo

8.11 Pavimentação urbana



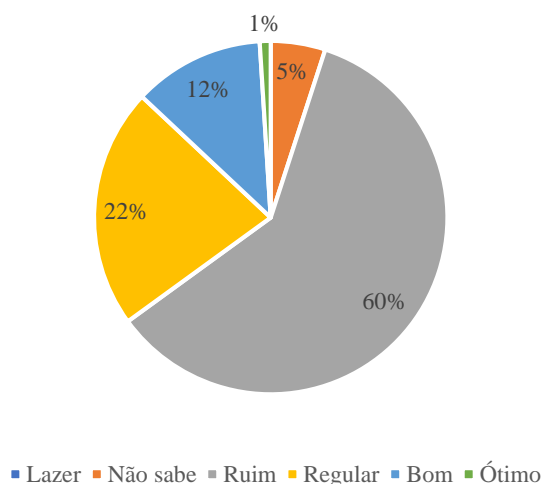
■ Não sabe ■ Ruim ■ Regular ■ Bom ■ Ótimo

8.12 Segurança Pública



■ Não sabe ■ Ruim ■ Regular ■ Bom ■ Ótimo

## 8.13 Lazer



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao transporte escolar, destaca-se o fato de 56% dos entrevistados não saberem de suas condições. Isso pode ser reflexo do percentual da amostra de pessoas sem filhos (52,9%) e também pelo fato de creches e escolas estarem, relativamente, presentes nos bairros da cidade. Já os serviços de Transporte Público são muito mal avaliados no município. Do total de entrevistados, 65% classificou o serviço como ruim ou regular. Este resultado pode explicar o fato de apenas 5,5% da amostra utilizar tal serviço. A melhora de tal serviço e a consequente mudança na percepção de sua qualidade poderia fazer os munícipes de Viçosa passarem a utilizar mais este meio de locomoção, muito importante inclusive para a inclusão social (García-Schilardi, 2014).

A avaliação do serviço de creche se assemelha à do transporte escolar, 57% não souberam responder. Este resultado reforça a justificativa, indicando que pessoas sem filhos não sabem sobre o assunto e que há uma presença relativa deste serviço nos bairros. Pode-se afirmar ainda, a partir da análise específica das pessoas que tem filhos menores de 6 anos (que representa 14% da amostra), que este público, que utiliza o serviço, o avalia bem. Dos que declararam ter filhos (43%), 21% indicaram ter filhos com idades entre 6 e 13 anos, ou seja, na idade referente ao Ensino Fundamental I e II, ofertado pela prefeitura. Observa-se no gráfico 8.4 que 34% avaliaram o ensino público como ótimo ou bom e que outros 24% reconheceram o serviço público das escolas públicas do município como regular. De maneira geral, esta poderia ser considerada uma boa avaliação. De fato, essa percepção reflete bem a realidade do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas municipais, em que a

maioria apresenta valores superiores ao do Brasil, mas ainda há aquelas que precisam melhorar (QEdu, 2025).

Cabe destacar que mais da metade, 51%, não foram capazes de avaliar o serviço de Assistência Social. Contudo, esse é um tipo de política pública voltada mais para a população de baixa renda e ao se avaliar o estrato da amostra com pessoas que possuem renda familiar entre 1 e 3 salários-mínimos, é possível notar que aproximadamente 12% classificam a política de assistência social como ruim, enquanto que para o extrato de renda para pessoas que apresentem renda familiar menor do que 1 salário-mínimo a insatisfação com tal política sobe para 26%. Este resultado é relevante no contexto da avaliação das políticas públicas e sugere que para as pessoas que efetivamente necessitam, pode não estar sendo bem ofertado. Uma possível justificativa é encontrada na análise de Almeida, Carlos e Silva (2016), que encontraram que menos de 10% dos municípios brasileiros têm uma boa participação de conselhos municipais de assistência social no país. Sem uma boa fiscalização, é possível que o serviço ofertado tenha menos qualidade e seja insuficiente para aqueles que necessitam.

O gráfico 8.6 traz informações sobre a saúde do município. Destaca-se os percentuais de ruim e ótimo com, respectivamente, 44% e 2%. Como será constatado, o serviço público de saúde foi um dos que se destacou com avaliação ruim e como o mais ausente nos bairros. É interessante frisar que tal serviço teria sido pior avaliado nas duas classes mais baixas de renda (menor que 1 salário-mínimo e entre 1 e 3 salários-mínimos). No entanto, é importante ressaltar que durante a aplicação dos questionários, Viçosa passava por uma grave crise na saúde pública, o que possivelmente influenciou nas respostas.

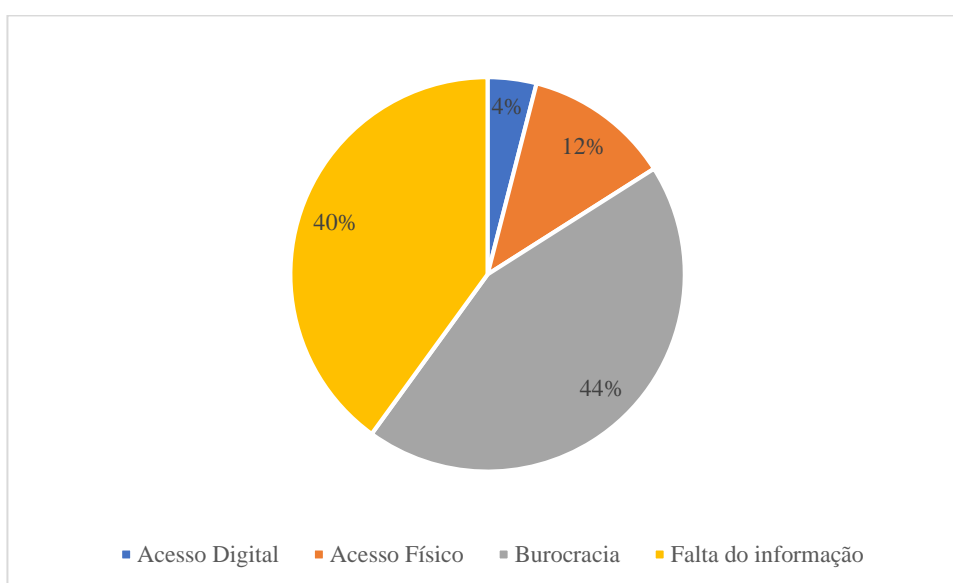
Acerca dos serviços triviais, os resultados indicam que a avaliação da coleta de lixo é considerada ruim por 19% e regular por 33%. É interessante frisar que, aproximadamente, 11% indicaram que a coleta de lixo não está presente em seu bairro. Dessa forma, essa avaliação negativa pode se dar pela ausência do serviço e, de outra mão, pela não prestação adequada. Já o abastecimento de água, o saneamento básico e a iluminação pública foram bem avaliados de forma geral. Contudo, quando questionados acerca da pavimentação, a avaliação é predominantemente ruim (52%). Este é um serviço que não está disponível, ou o está em péssimas condições, em muitos bairros, o que pode ter contribuído para este alto percentual de más avaliações.

No que se refere à segurança pública, tal qual a saúde, foi mal avaliada, com 36% a classificando como ruim e 38% como regular. Entretanto, ao contrário da saúde, não houve diferença de avaliação significativa na percepção da segurança pública no município quando se

analisou por estratos de renda, refletindo que tanto as pessoas mais abastadas quanto os mais pobres percebem que há falta de segurança na cidade ou que o serviço prestado não está sendo suficiente. Este resultado se alinha à discussão de Galinari (2017), que a partir de uma ampla análise acerca da segurança pública de Viçosa, concluiu que não há uma agenda governamental para tratar as questões de segurança do município, e que as ações são pontualmente discutidas quando há eventos que geram grande comoção social. Por fim, o lazer foi avaliado como ruim por 60% dos entrevistados, e, neste caso, específico, a má avaliação se deve à ausência do serviço, conforme Figura 8.

Cabe apresentar também, os motivos pelos quais a população não acessa o serviço, conforme Figura 9, que apresenta os motivos que mais dificultam o acesso. É possível observar que a falta de informação tem papel relevante, respondendo por 40% das dificuldades de acesso aos serviços públicos. Quando a análise é feita por estrato de renda, percebe-se que não há mudanças significativas entre os estratos de renda, ou seja, independentemente do nível de renda, as pessoas veem a burocracia e a falta de informação como sendo os principais entraves para acessar os serviços públicos na cidade de Viçosa. Isso indica a dificuldade da Prefeitura em se comunicar com os munícipes de forma clara. A melhora nesse quesito, com a redução da burocracia e a abertura/divulgação de canais de comunicação, talvez específicos para cada tipo de serviço, poderia elevar de forma considerável a avaliação/satisfação dos moradores com os serviços prestados.

Figura 9 - Classificação do que mais dificulta o acesso aos serviços públicos em Viçosa-MG



Fonte: Elaborado pela autora.

## 4.2 Priorização dos serviços públicos

Uma das principais perguntas que foram feitas diz respeito ao grau de prioridade que os entrevistados dão a cada serviço público analisado. A classificação seria dada por: 1 se o serviço é de alta prioridade; 2 se de média prioridade; 3 se de prioridade abaixo da média; e 4 se, no momento da entrevista, o serviço não era considerado prioritário para o morador. Os resultados estão apresentados na Tabela:

Tabela 3 - Distribuição de prioridade para cada serviço público ofertado

| Serviço Público         | Alta Prioridade | Média Prioridade | Prioridade abaixo da média | Não prioritário no momento |
|-------------------------|-----------------|------------------|----------------------------|----------------------------|
| Transporte Escolar      | 4,3%            | 1,3%             | 1,6%                       | 92,8%                      |
| <b>Transp. Público</b>  | <b>4,2%</b>     | <b>5,3%</b>      | <b>8,1%</b>                | <b>82,4%</b>               |
| Creches                 | 1,0%            | 2,2%             | 6,7%                       | 90%                        |
| <b>Escolas Públicas</b> | <b>10,4%</b>    | <b>21,6%</b>     | <b>13,2%</b>               | <b>54,8%</b>               |
| Assistência Social      | 2,2%            | 3,3%             | 5,3%                       | 89,2%                      |
| <b>Saúde</b>            | <b>56,7%</b>    | <b>18,5%</b>     | <b>9,3%</b>                | <b>15,5%</b>               |
| Coleta de Lixo          | 2,8%            | 5,6%             | 3,6%                       | 88,1%                      |
| Água                    | 1,3%            | 3,9%             | 3,4%                       | 91,4%                      |
| Saneamento              | 2,7%            | 9,6%             | 8,3%                       | 79,5%                      |
| Iluminação              | 0,8%            | 1,3%             | 3,4%                       | 94,6%                      |
| Pavimentação            | 2,9%            | 5,7%             | 8,6%                       | 82,8%                      |
| <b>Seg. Pública</b>     | <b>9,8%</b>     | <b>18,7%</b>     | <b>23,3%</b>               | <b>48,2%</b>               |
| Lazer                   | 1,6%            | 2,5%             | 6,1%                       | 89,8%                      |

Nota: Em negrito os serviços públicos mais priorizados pelos respondentes, considerando alta prioridade mais média prioridade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se que a saúde foi a categoria que apresentou a maior porcentagem de alta prioridade entre as analisadas, com 56,7% considerando-a de alta prioridade, 18,5% média prioridade e apenas 15,5% não a considera uma prioridade no momento da pesquisa. Novamente, é importante ressaltar que no momento da pesquisa, o município passava por uma grave crise de saúde pública, que necessitou de intervenção do Ministério Público (Bernadete, 2024). Resultado semelhante foi apontado por Oliveira (2024) em seu estudo acerca da cidade de Fortaleza, CE. E ainda, uma pesquisa de abrangência nacional realizada pelo Datafolha em 2018, encontrou que 88% dos entrevistados consideravam o SUS muito importante, a despeito das muitas críticas a ele (Laboissière, 2018).

A priorização de serviços essenciais como saúde, educação, segurança e transporte pelos moradores de Viçosa alinha-se ao padrão observado em regiões menos desenvolvidas, onde as necessidades básicas concentram as preferências da população (Cui *et al.*, 2022). Conforme a Tabela 1, essa convergência reflete não apenas a percepção da qualidade dos serviços – onde saúde e segurança, apesar de mal avaliadas, surgem como prioritárias – mas também o reconhecimento de seu impacto no desenvolvimento municipal, conforme evidenciado pela relação positiva entre investimentos nesses setores e progresso socioeconômico (Mattei; Bezerra; Mello, 2018).

Notavelmente, a priorização independe da avaliação imediata do serviço: enquanto lazer (classificado como ruim por 60%) e pavimentação urbana recebem baixa prioridade (2% e 11%, respectivamente), as escolas – bem avaliadas por 89% – figuram entre os quatro serviços mais prioritários devido às suas externalidades positivas. Essa dicotomia confirma que os habitantes distinguem entre urgências cotidianas e prioridades estratégicas, consolidando saúde, segurança, transporte público e educação como eixos fundamentais para o desenvolvimento da cidade.

Ademais, aprofundando as análises, é interessante focar nos serviços classificados como não prioritários. Percebe-se que Transporte escolar e creches foram avaliadas por 92,8% e 90%, respectivamente, como não prioritários. Este resultado é reflexo de duas situações. A primeira é a de que boa parte da amostra, 53%, não possuem filhos e, dos que possuem filhos, 58% têm filhos acima dos 18 anos. No segundo caso, os que possuem filhos em idade escolar têm acesso a tal serviço, mesmo que, eventualmente, não os avaliem como de qualidade. Sendo assim, a partir do momento que estão consumindo tal serviço eles não os classificam como prioritário. Este também seria o caso da Iluminação Pública, do Saneamento Básico, Pavimentação Urbana, Coleta de Lixo e Abastecimento de Água.

Nota-se que os serviços mais priorizados são saúde, educação, segurança e transporte público. Diante disso, torna-se importante analisar as características dos respondentes para estes quatro serviços. A tabela 2 resume estas características socioeconômicas.

Tabela 4 - Características dos moradores de Viçosa-MG, de acordo com as preferências pelos serviços públicos mais priorizados – Saúde, Escolas, Segurança Pública e Transporte Público

| Variável | Prioridade do Serviço Público |       |         |       |              |       |                 |       |
|----------|-------------------------------|-------|---------|-------|--------------|-------|-----------------|-------|
|          | Saúde                         |       | Escolas |       | Seg. Pública |       | Transp. Público |       |
|          | Obs.                          | Média | Obs.    | Média | Obs.         | Média | Obs.            | Média |
| % Masc.  | 221                           | 41,17 | 53      | 45,28 | 26           | 65,38 | 19              | 15,78 |

|                   |     |       |    |       |    |       |    |       |
|-------------------|-----|-------|----|-------|----|-------|----|-------|
| % Brancos         | 221 | 38,46 | 53 | 47,16 | 26 | 65,38 | 19 | 36,84 |
| % com Filhos      | 221 | 49,32 | 53 | 37,73 | 26 | 30,77 | 19 | 68,42 |
| Idade             | 221 | 36    | 53 | 34    | 26 | 35    | 19 | 41    |
| Nº de moradores   | 221 | 2,42  | 53 | 2,62  | 26 | 2,30  | 19 | 3,26  |
| % de Casados      | 221 | 36,19 | 53 | 28,30 | 26 | 30,76 | 19 | 42,10 |
| % desempregado    | 221 | 6,78  | 53 | 7,54  | 26 | 0,00  | 19 | 10,52 |
| % com Renda0      | 221 | 5,42  | 53 | 3,77  | 26 | 0,00  | 19 | 5,26  |
| % com Renda1      | 221 | 62,44 | 53 | 45,28 | 26 | 34,61 | 19 | 57,89 |
| % com Renda2      | 221 | 15,83 | 53 | 22,64 | 26 | 46,15 | 19 | 31,57 |
| % com Renda3      | 221 | 10,86 | 53 | 11,32 | 26 | 7,69  | 19 | 5,26  |
| % com Renda4      | 221 | 2,26  | 53 | 9,43  | 26 | 0,00  | 19 | 0,00  |
| % com Renda5      | 221 | 3,17  | 53 | 7,54  | 26 | 11,53 | 19 | 0,00  |
| % sem fundamental | 221 | 7,24  | 53 | 1,88  | 26 | 3,85  | 19 | 5,26  |
| % com fundamental | 221 | 10,86 | 53 | 5,66  | 26 | 3,85  | 19 | 5,26  |
| % com médio       | 221 | 57,91 | 53 | 50,94 | 26 | 61,53 | 19 | 57,89 |
| % com superior    | 221 | 23,98 | 53 | 41,50 | 26 | 30,77 | 19 | 31,57 |

Nota: Obs. é o número de observações dos que declararam o respectivo serviço público como prioridade; % Masc. É o percentual de pessoas do gênero masculino; % Brancos é o percentual de pessoas autodeclaradas brancas e amarelas; % com filhos é o percentual de pessoas com filhos; Idade é o número de anos completos da pessoa; Nº de moradores é o número de pessoas que residem no domicílio; % de casados é o percentual de pessoas casadas; % desempregado é o percentual de pessoas desempregadas; % com Renda0 é o percentual de pessoas com renda menor do que 1 salário mínimo; % com Renda1 é o percentual de pessoas com renda com 1 até 3 salários mínimos; % com Renda2 é o percentual de pessoas com renda maior do que 3 até 5 salários mínimos; % com Renda3 é o percentual de pessoas com renda maior do que 5 até 7 salários mínimos; % com Renda4 é o percentual de pessoas com renda maior do que 7 até 10 salários mínimos; % com Renda5 é o percentual de pessoas com renda maior 10 salários mínimos; % sem fundamental é o percentual de pessoas sem o ensino fundamental completo; % com fundamental é o percentual de pessoas que tem como maior nível de escolaridade o ensino fundamental completo; % com médio é o percentual de pessoas que tem como maior nível de escolaridade o ensino médio completo; % com superior é o percentual de pessoas que tem como maior nível de escolaridade o ensino superior completo.

Fonte: Dados da Pesquisa.

A saúde foi priorizada por 75,2% das pessoas, conforme descrito na tabela 1. As mulheres são maioria (58,8%) entre os respondentes que priorizam a saúde, corroborando estudos que apontam maior procura feminina por serviços de saúde (Levorato *et al.*, 2014; Castro; Staduto, 2019). Esse padrão pode estar refletindo dupla carga, tanto mulheres como gestoras do cuidado familiar (49,3% têm filhos), quanto maior vulnerabilidade biológica (gestação, prevenção). O perfil é majoritariamente preto/pardo (61,5%), com renda até 3 salários-mínimos (62,4%), evidenciando que a priorização conjuga gênero, raça e classe. No

que se refere à escolaridade, o valor alto, de 81,9% com pelo menos ensino médio completo pode estar refletindo a alta escolaridade que é prevalente no município.

No tocante às escolas, a priorização feminina (54,7%) alinha-se à tendência nacional de mulheres valorizarem mais a educação (Esperdião *et al.*, 2021; Serrano, 2024). Conforme Feldmann (2025), crises econômicas intensificam essa tendência, pois mulheres veem a escolarização como estratégia de empoderamento pós-crise (UN, 2022). Ademais, nota-se que 41,5% têm ensino superior, que é o maior entre os quatro serviços mais citados, e que inclui famílias de renda média (22,6% ganham 5-7 SM). Isso sugere que a escola pública é percebida como motor de mobilidade social e não apenas um serviço prioritário para pessoas com filhos em idade escolar, haja vista que apenas 37,7% do público que prioriza tem filhos.

Quanto ao transporte público, este foi priorizado por 9,5% dos respondentes (Tabela 2), e entre aqueles que o priorizam, a esmagadora maioria é do gênero feminino (84,2%), o que reflete a realidade do transporte como questão de gênero. De fato, mulheres dependem mais desse modal para trabalho remunerado, cuidados com filhos (68,4% os têm) e tarefas domésticas (Rodrigues, 2023). Adicionado a isso, tem-se a alta vulnerabilidade do grupo, com 10,5% em condição de desemprego, renda baixa (57,9% em 1-3 SM) e famílias numerosas (3,26 moradores). Esses fatores trazem à tona o fato de que a precariedade do serviço, que é uma realidade no município, haja vista que 65% das pessoas o considera regular ou ruim (Figura 8), aprofunda iniquidades, uma vez que ele é essencial para que as pessoas acessem às oportunidades cidadinas (Andrade *et al.*, 2022). Quanto à escolaridade, novamente há muitas pessoas com ensino médio e superior, mas isso pode ser entendido como uma característica do município mais do que como um determinante à priorização do serviço.

Por fim, a segurança pública é um serviço que destoa do padrão apresentado até o momento, haja vista que os homens são 65,4% dos priorizadores, contradizendo estudos que apontam maior preocupação feminina com segurança (Zhu *et al.*, 2024). A explicação pode residir no contexto de Viçosa, isso porque conforme Dubey, Bailey e Lee (2025), mulheres tendem a sentir-se menos inseguras em cidades pequenas com coesão social. Além disso, o perfil predominante, isto é, de homens brancos (65,4%) e de alta renda (46,2% em 5-7 SM), sugere que a priorização está ligada à proteção patrimonial, não à violência cotidiana que afeta mulheres.

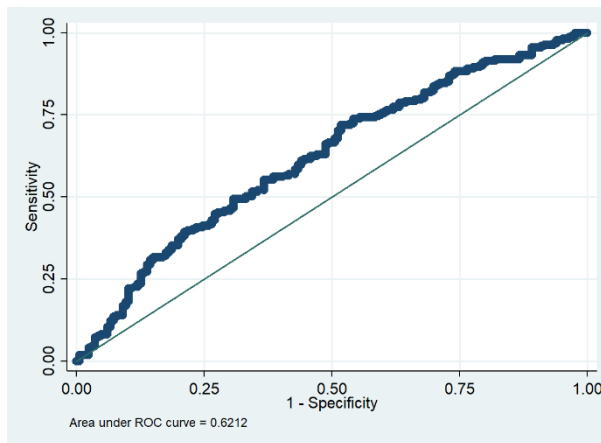
### **4.3 Análise empírica das escolhas por serviços públicos**

Conforme mencionado anteriormente, foram estimados modelos logit multinomial que considera as escolhas de prioridade dos indivíduos como mutuamente exclusivas. Além disso, foram realizados os testes descritos na seção metodológica. Com relação ao ajustamento do modelo, o  $R^2$  foi de 0,31, o que é considerado bom. O teste de Wald rejeitou a hipótese nula de que todos os coeficientes são iguais a zero, indicando o bom ajustamento do modelo.

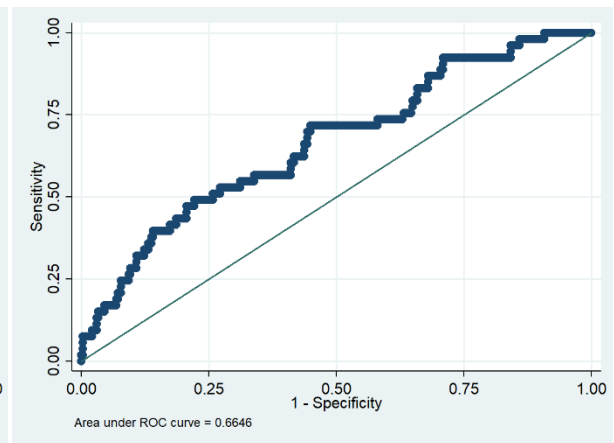
O fator de inflacionamento da variância (2,49) indicou que não há multicolinearidade prejudicial no modelo estimado (Mendonça *et.*, 2018). Para finalizar, analisando as curvas ROC, conforme Polo e Miot (2020), observou-se que os modelos discriminam fracamente as escolhas pela saúde, pelas escolas e pelas demais categorias de serviços. Já as escolhas pela segurança apresentam uma discriminação boa (0,81) e por fim, para o transporte, o modelo possui uma discriminação aceitável.

Figura 10 – Gráficos da área sobre a curva ROC das categorias de saúde, escola, segurança, transporte público e demais serviços, 2025

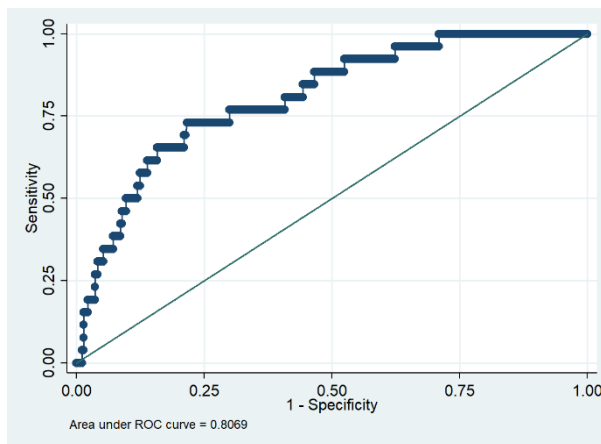
### 3.1 Saúde



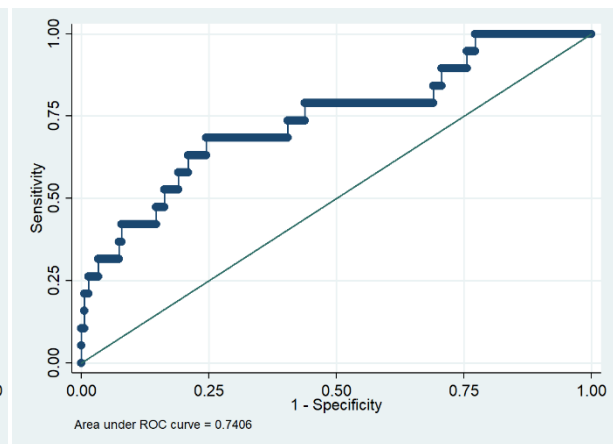
### 3.2 Escola



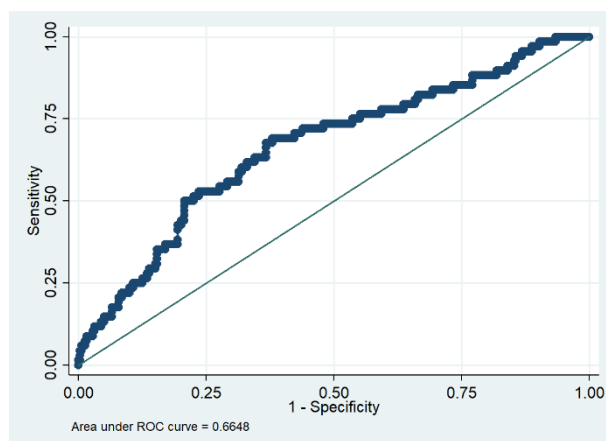
### 3.3 Segurança Pública



### 3.4 Transporte Público



## 3.5 Demais serviços



Fonte: Elaborado pela autora.

Em seguida, apresenta-se os resultados econométricos estimados por meio do logit multinomial. Importa salientar que a categoria de referência são os demais serviços que agrupam os serviços que os entrevistados menos priorizaram, que englobam transporte escolar, creche, assistência social, coleta de lixo, água, saneamento, iluminação pública, pavimentação e lazer. Os resultados se encontram na Tabela 1.

**Tabela 5** – Modelo estimado para explicar as escolhas por serviços públicos de Saúde, Transporte, Escolas e Segurança no Município de Viçosa-MG

| Variável                               | Modelo 1 –<br>Saúde               | Modelo 2 –<br>Escolas             | Modelo 3 –<br>Seg. Pública        | Modelo 4 –<br>Transp. Público     |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Idade                                  | 0,0057 <sup>NS</sup><br>(0,0299)  | 0,0115 <sup>NS</sup><br>(0,0383)  | 0,0517 <sup>NS</sup><br>(0,0485)  | 0,0143 <sup>NS</sup><br>(0,0626)  |
| Gênero                                 | -1,1656**<br>(0,4530)             | -0,4823 <sup>NS</sup><br>(0,6686) | 0,6425 <sup>NS</sup><br>(0,7281)  | -1,2013 <sup>NS</sup><br>(1,2220) |
| Raça                                   | 0,0179 <sup>NS</sup><br>(0,4654)  | 0,4554 <sup>NS</sup><br>(0,6286)  | 1,7724**<br>(0,7131)              | 0,9153 <sup>NS</sup><br>(1,0008)  |
| Estado Civil                           | 0,1477 <sup>NS</sup><br>(0,4836)  | 0,6341 <sup>NS</sup><br>(0,8064)  | -2,1490 <sup>NS</sup><br>(1,3903) | -0,5645 <sup>NS</sup><br>(0,7834) |
| <i>Filhos</i>                          |                                   |                                   |                                   |                                   |
| 2 a 6 anos                             | 0,2689 <sup>NS</sup><br>(0,8463)  | 0,9965 <sup>NS</sup><br>(1,8267)  | -15,7527***<br>(1,6441)           | 1,2295 <sup>NS</sup><br>(1,6297)  |
| 7 a 14 anos                            | 0,0501 <sup>NS</sup><br>(0,7076)  | 0,4678 <sup>NS</sup><br>(0,9855)  | -0,2777 <sup>NS</sup><br>(1,1446) | 0,2493 <sup>NS</sup><br>(1,2805)  |
| 15 a 18 anos                           | 1,4075 <sup>NS</sup><br>(1,0255)  | 2,3593*<br>(1,3920)               | 1,2070 <sup>NS</sup><br>(1,6799)  | 0,4846 <sup>NS</sup><br>(1,5937)  |
| Acima de 18 anos                       | -0,3651 <sup>NS</sup><br>(0,8758) | -0,7768 <sup>NS</sup><br>(1,2481) | -0,7411 <sup>NS</sup><br>(2,3896) | 1,0099 <sup>NS</sup><br>(1,9356)  |
| <i>Utilização de Serviços Públicos</i> |                                   |                                   |                                   |                                   |
| Transp. Público                        | -1,6608 <sup>NS</sup><br>(1,5590) | -2,8141 <sup>NS</sup><br>(2,1608) | 1,3257 <sup>NS</sup><br>(1,9313)  | 1,1702 <sup>NS</sup><br>(1,5516)  |
| Creche                                 | 3,9458***<br>(1,3243)             | 3,0919*<br>(1,7116)               | -12,8369***<br>(1,9385)           | 5,4112***<br>(1,5765)             |

|                             |                                   |                                   |                                   |                                   |
|-----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Escola                      | 1,2016 <sup>NS</sup><br>(1,1622)  | 4,0583**<br>(1,5627)              | 2,5056*<br>(1,4564)               | -2,3968 <sup>NS</sup><br>(2,2533) |
| Assist. Social              | -1,9936**<br>(0,9530)             | 1,8781 <sup>NS</sup><br>(1,2478)  | -0,7636 <sup>NS</sup><br>(1,2673) | -2,0927 <sup>NS</sup><br>(1,4661) |
| Saúde                       | -0,3059 <sup>NS</sup><br>(0,7725) | -5,4515**<br>(2,0554)             | 0,1252 <sup>NS</sup><br>(1,6488)  | 1,5742 <sup>NS</sup><br>(0,9745)  |
| Segurança Pública           | 0,3145 <sup>NS</sup><br>(1,0077)  | 2,9785**<br>(1,2596)              | 2,3323*<br>(1,2346)               | -0,3060 <sup>NS</sup><br>(1,3197) |
| Coleta de Lixo              | -1,6221**<br>(0,8206)             | -2,3854 <sup>NS</sup><br>(1,5208) | -1,7142 <sup>NS</sup><br>(1,1824) | -4,6177***<br>(1,2739)            |
| Água                        | 23,3239***<br>(3,7501)            | 0,7294 <sup>NS</sup><br>(3,4645)  | 22,8526***<br>(3,2303)            | -0,2730 <sup>NS</sup><br>(3,1482) |
| Iluminação Pública          | 1,1425 <sup>NS</sup><br>(1,6309)  | 0,7889 <sup>NS</sup><br>(1,9369)  | -4,6487***<br>(1,5827)            | 1,2278 <sup>NS</sup><br>(1,8449)  |
| Saneamento                  | -22,0979***<br>(3,4919)           | 0,2435 <sup>NS</sup><br>(1,6614)  | -12,0806***<br>(2,5287)           | -13,6374***<br>(1,8103)           |
| Pavimentação                | -0,8169 <sup>NS</sup><br>(0,7660) | -0,0373 <sup>NS</sup><br>(0,9285) | -2,3899*<br>(1,2433)              | 1,1768 <sup>NS</sup><br>(0,8846)  |
| Lazer                       | -0,1000 <sup>NS</sup><br>(0,5321) | -1,7361*<br>(0,9218)              | -2,0765***<br>(0,7982)            | 0,1310 <sup>NS</sup><br>(1,1897)  |
| Empregado                   | 0,4499 <sup>NS</sup><br>(0,5739)  | -0,7949 <sup>NS</sup><br>(0,7618) | -0,3908 <sup>NS</sup><br>(0,8749) | 1,7392 <sup>NS</sup><br>(1,2046)  |
| Desempregado                | 1,0901 <sup>NS</sup><br>(0,9027)  | 1,2830 <sup>NS</sup><br>(1,2192)  | -15,8655***<br>(1,1946)           | 1,7965 <sup>NS</sup><br>(1,3383)  |
| <i>Renda</i>                |                                   |                                   |                                   |                                   |
| 1 a 3 s.m.                  | -0,9869 <sup>NS</sup><br>(0,7660) | -1,6165 <sup>NS</sup><br>(1,5729) | 14,1426***<br>(2,1994)            | -0,5060 <sup>NS</sup><br>(1,7474) |
| 3 a 5 s.m.                  | -0,3530 <sup>NS</sup><br>(0,8936) | -0,2794 <sup>NS</sup><br>(1,6260) | 16,5195***<br>(2,1878)            | 1,9666 <sup>NS</sup><br>(1,7487)  |
| 5 a 7 s.m.                  | -1,3115 <sup>NS</sup><br>(0,9878) | 0,3960 <sup>NS</sup><br>(1,6625)  | 12,2050***<br>(2,6167)            | -4,4467 <sup>NS</sup><br>(2,7542) |
| Mais de 7 s.m.              | -2,1497*<br>(1,2321)              | -0,7473 <sup>NS</sup><br>(1,8586) | 14,3179***<br>(2,2745)            | -15,1519***<br>(2,3607)           |
| <i>Educação</i>             |                                   |                                   |                                   |                                   |
| Ens. Fundamental Incompleto | -0,6085 <sup>NS</sup><br>(0,9696) | -1,0519 <sup>NS</sup><br>(1,4073) | -1,2547 <sup>NS</sup><br>(1,7480) | -6,0332**<br>(2,7868)             |
| Ensino Fundamental          | -0,1523 <sup>NS</sup><br>(1,0243) | -1,9752 <sup>NS</sup><br>(1,5560) | 0,0743 <sup>NS</sup><br>(1,7832)  | -1,5934 <sup>NS</sup><br>(1,3518) |
| Ensino Médio                | -0,1057 <sup>NS</sup><br>(0,7282) | -0,4260 <sup>NS</sup><br>(0,8193) | 0,8816 <sup>NS</sup><br>(1,0070)  | -0,9810 <sup>NS</sup><br>(1,0144) |

Nota: <sup>NS</sup>: não significativo; \*\*\*: significativo a 1%; \*\*: significativo a 5%, e \*: significativo a 10%. Erro-padrão entre parênteses.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados daqueles que priorizam a saúde em relação aos demais serviços apresentam valores significativos e negativos no gênero, o que vai ao encontro do que diz a literatura pertinente e aos resultados descritivos encontrados, de que as mulheres demandam mais saúde do que os homens, uma possível explicação é que os homens são incentivados a não demonstrarem vulnerabilidade, o que os distancia de atendimentos de saúde (Levorato *et al.*, 2014; Castro; Staduto, 2019).

Também apresentaram sinais negativos e estatisticamente significativos os coeficientes dos usos de serviços de assistência social, de coleta de lixo e de saneamento básico e a renda superior a 7 salários-mínimos. Estes resultados podem refletir melhores condições de vida, que se associam negativamente com a priorização da saúde, haja vista que quem já tem coleta de lixo e saneamento atendidos, podem priorizar outros serviços em detrimento da saúde. De fato, conforme Massa e Chiavegatto Filho (2020), melhores condições de saneamento básico estão associadas a melhores percepções de saúde da população, logo, justifica-se que pessoas que já tenham essas necessidades atendidas optem por priorizar outros serviços.

A utilização dos serviços de água e creche se relacionou de forma positiva com a priorização do serviço de saúde. No que diz respeito à creche, Doiron e Kettlewell (2020) sugerem que famílias, ao terem filhos, aumentam suas despesas e por isso, demandam menos saúde privada e mais saúde pública, o que justifica a priorização do serviço, já que as famílias buscam alternativas acessíveis para garantir o cuidado de seus filhos. Além disso, o uso de creche, enquanto serviço essencial, pode estar diretamente relacionado à busca por outros serviços públicos, como a saúde, pois as famílias que dependem de creche muitas vezes também priorizam o acesso a cuidados preventivos, dada a vulnerabilidade das crianças que convivem com muitas outras crianças (Arthur, 2019).

Quando se considera a escola em relação a outros serviços, encontrou-se que ter filhos com idades entre 15 e 18 anos aumenta a probabilidade de priorizar a educação. Este resultado pode fazer ainda mais sentido em uma cidade com forte valorização da educação secundária por ter além da Universidade Federal de Viçosa, outros polos educacionais importantes que atraí muitos estudantes. De fato, um estudo realizado por Ferreira (2021, p. 5) encontrou evidências de que a cidade universitária “favorece encontros que facilitam o fluxo de informações sobre o sistema educacional e exerce influência positiva nas aspirações educacionais dos estudantes e de suas famílias”.

Quanto ao uso de creches e escolas, a análise revelou uma relação positiva com a maior probabilidade de priorizar a educação. Esse resultado era esperado, já que as variáveis captam justamente a percepção de pais e responsáveis que já utilizam esses serviços e, portanto, conhecem sua qualidade. Uma possível explicação é que, ao vivenciarem o sistema educacional local, esses indivíduos tendem a valorizá-lo mais e aspirar por melhorias. Essa priorização pode derivar tanto do desejo de que seus filhos acessem o ensino superior, já mencionado como uma aspiração valorizada na região, quanto da expectativa de que as crianças em creches hoje utilizarão as escolas em breve, levando os pais a buscarem as melhores condições possíveis.

Ademais, como o modelo controla para quem efetivamente usa os serviços, a análise reflete a avaliação daqueles com experiência direta na qualidade ofertada. A literatura reforça que a valorização da educação nos anos iniciais é fundamental para uma base educacional sólida, impactando positivamente as oportunidades futuras no mercado de trabalho (Ferreira, 2021; Carvalho, 2022; Feldmann, 2025).

Já a segurança pública, que também apresentou relação positiva, ou seja, quem demanda o serviço público segurança tem maior probabilidade de priorizar a educação. Esta relação pode ser derivada da segurança como algo complementar à escola, a proteção do seu entorno e do caminho que o filho faz até lá. Inclusive, Mowen e Freng (2019) destacam que as medidas de segurança não necessariamente melhoram os resultados educacionais e são igualmente distribuídas em escolas de estratos de renda diferentes. Porém, as famílias dos estudantes e a comunidade escolar são propensos a valorizarem esse reforço positivo em segurança pública.

Cabe destacar que a utilização de serviços de saúde e de lazer foram negativamente relacionados com a priorização das escolas públicas, o que parece contraintuitivo, haja vista a ampla literatura que associa saúde e educação como interdependentes (Raghupathi; Raghupathi, 2020; Öztürk, 2023). Entretanto, conforme Rossi *et al.* (2020) é preciso considerar além do bem-estar objetivo, o subjetivo, que pode explicar o motivo de uma pessoa usuária de serviços de saúde não priorizar as escolas. Isso porque as pessoas podem priorizar os serviços públicos com base em como percebem que esses serviços afetam o seu bem-estar subjetivo, logo, se estão com uma questão de saúde que a faz demandar mais esse serviço, ela pode considerar a educação como algo secundário. O mesmo argumento pode ser utilizado para o lazer, i.e., se o lazer garante maior bem-estar subjetivo ao indivíduo, ele pode preferir outros serviços à educação. No caso específico do momento da aplicação deste questionário, o município passava por uma crise de saúde, com limitações de acesso a hospitais, o que provavelmente interferiu no bem-estar subjetivo dos respondentes.

A segurança pública foi o serviço público com maior quantidade de determinantes socioeconômicos significativos, entre eles, a raça, o uso de escola, segurança pública e água e a renda. Com relação à cor, em Viçosa, as pessoas brancas priorizam mais a segurança pública do que as pessoas não brancas, o que é um resultado interessante quando se considera que a literatura, vide Cardoso *et al.* (2013) e Wakim *et al.* (2018), apontam que pessoas não brancas sentem-se menos seguras porque são aquelas que efetivamente sofrem mais violência. No entanto, um estudo realizado por Rolim, Hermann e Kopittke (2024) encontrou evidências de que as pessoas brancas sentem-se menos seguras em seus bairros e sentem mais vontade de

migrar para locais mais seguros. Cabe destacar que é possível que essas pessoas que priorizam o serviço público de segurança temem violência patrimonial, o que ficará claro a partir dos demais condicionantes da demanda, o que vai ao encontro do que apontam Cardoso *et al.* (2013), de que esse público é mais vítima de roubos e os não brancos, de agressão.

De fato, a renda foi consistentemente positiva neste modelo. Considerando que a renda mais baixa é a referência, à medida que a renda aumenta, as pessoas demandam mais segurança pública, o que corrobora com o fato de os demandantes que priorizam a segurança em Viçosa não serem o perfil de vítimas de violência física (Cardoso *et al.*, 2013; Rolim; Hermann; Kopittke, 2024). Adicionalmente, um estudo realizado na Europa Ocidental encontrou que pessoas ricas temem mais o crime contra o patrimônio e por isso, demandam mais segurança pública (Rueda; Stegmüller, 2016).

Em contraponto, mas seguindo esta mesma lógica, o desemprego mostrou relação negativa com a priorização da segurança pública e há pelo menos dois mecanismos que podem explicar essa relação, o primeiro é que indivíduos sem emprego podem estar mais preocupados com sua própria subsistência e necessidades imediatas do que com questões coletivas como a segurança pública. Um segundo ponto é o de que pessoas desempregadas podem estar na situação econômica de vulnerabilidade e marginalização em que a segurança pública não a protege e pode, inclusive, ser repressiva com sua existência, conforme discutido por Wacquant (2008), que traz que a forma como a polícia age com pessoas favelizadas minam a segurança dessas pessoas nas instituições.

O uso dos serviços públicos de escola, água e de segurança pública também foram positivamente relacionados com a priorização da segurança. Trata-se de um resultado esperado e que tem respaldo na literatura, haja vista que os pais cujos filhos estão na escola preocupam-se com sua segurança dentro da escola e nos arredores. Considerando que uma das funções da polícia militar é o policiamento ostensivo de presença, que atua de forma a inibir a ação ilícita, é razoável que pais que utilizam a escola, veem o patrulhamento sendo realizado e valorize isso, priorize a segurança pública (Simplício, 2016; Schonarth, 2024).

Cabe salientar que a utilização de creche e filhos em idades entre 2 e 6 anos, que é uma idade em que começam a frequentar a creche/educação infantil estiveram negativamente relacionados com a probabilidade de se priorizar a segurança pública. Observa-se que esse serviço foi significativo em todas as estimações, mas negativo apenas na priorização da segurança pública. É possível que famílias com filhos pequenos estejam mais preocupadas com

questões relacionadas a saúde e bem-estar do infante e menos com segurança pública (Arthur, 2019).

Também foram relacionados negativamente com a probabilidade de priorizar a segurança pública, a utilização de iluminação pública, saneamento básico, pavimentação e lazer. Nota-se que essas variáveis são comumente *proxies* de uma boa estrutura urbana, e que a literatura sugere que uma melhor infraestrutura resulta em redução da pobreza local (Teixeira; Corrêa, 2019). Como já discutido anteriormente e respaldado por Cardoso *et al.* (2013), embora as pessoas mais ricas sintam-se mais seguras dentro de seus próprios domicílios, elas demandam mais segurança pública nos bairros, porque sentem-se vulneráveis.

Há de se discutir também os determinantes da priorização do transporte público, que foi o menos priorizado entre os quatro primeiros, conforme seção 4.1. Foram significativas apenas cinco variáveis, sendo positiva a utilização de creche, e negativas, a coleta de lixo, saneamento, renda superior a 7 salários-mínimos e ter fundamental incompleto. A utilização de creches é especialmente demandada quando os familiares trabalham e não podem contratar alguém que cuide de seus filhos em casa (nesta generalização, não consideramos famílias ricas que optam por deixar seus filhos na creche por outras razões).

Adicionalmente, verifica-se que as creches municipais embora espalhadas pela cidade, pode estar localizada distante da casa da família, ou pode ocorrer de a creche com disponibilidade ficar em outro bairro, em ambas as situações, os responsáveis da criança precisa do transporte público para levá-los, o que justifica a priorização dessas pessoas, porque sem o transporte, não se consegue levar a criança e nem ir para o trabalho (Carvalho; Pereira, 2011). Inclusive, de acordo com Valle, Silva e Silva (2024), há crianças que ficam defasadas quando entram na escola porque não frequentaram creche, justamente por falta de transporte público.

No que se refere a utilização de coleta de lixo e saneamento básico, sugere-se que indivíduos que vivem em locais com boa cobertura destes serviços podem ser aqueles que vivem em áreas mais ricas da cidade e necessitam menos de transporte público, seja pela proximidade com os locais onde precisam ir ou pela posse de veículos que permitem esse deslocamento sem depender do transporte público. Ou seja, é de se esperar que o transporte público seja uma prioridade daqueles que mais dependem dele (Araújo *et al.*, 2011).

Com relação à renda superior a 7 salários-mínimos que foi negativamente relacionada com a priorização do transporte público em relação a outros serviços faz sentido, uma vez que de acordo com Carvalho e Pereira (2011) este não é o perfil de pessoas que dependem do transporte público. Por fim, no que se refere à variável fundamental incompleto ter sido

negativamente relacionada pode se dar por dois motivos, porque essas pessoas geralmente estão alocadas em empregos informais e locais, perto de suas residências, ou ainda, porque como as pessoas menos escolarizadas estão, em sua maioria, nas faixas de rendas mais baixas, ela pode priorizar outros serviços públicos, como a saúde e a assistência social, por exemplo (Campelo *et al.*, 2018).

Assim, considerando as variáveis que foram utilizadas na Tabela 2 apresenta as probabilidades marginais de que cada serviço seja assinalado como prioritário pelos demandantes. Como já discutido anteriormente, a saúde é o serviço mais priorizado no município, com uma probabilidade de mais de 50% de ser escolhido em relação aos demais serviços.

Tabela 6 – Probabilidade marginal de priorizar os serviços públicos selecionados

| <b>Serviço Público</b> | <b>Probabilidade Marginal</b> | <b>Erro padrão</b> |
|------------------------|-------------------------------|--------------------|
| Saúde                  | 56,67%                        | 0,0284             |
| Escolas                | 10,39%                        | 0,0155             |
| Segurança              | 9,78%                         | 0,0105             |
| Transporte             | 4,23%                         | 0,0102             |
| Demais serviços        | 18,93%                        | 0,0266             |
| Total                  | 100%                          |                    |

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando que algumas variáveis importantes afetaram estatisticamente alguns serviços, a seguir, são apresentadas as probabilidades quando se altera essas variáveis. Inicialmente, será apresentada a probabilidade quando se altera a renda e gênero na priorização da saúde (Tabela 3)

Tabela 7 – Probabilidade de priorizar a saúde por gênero e renda

| <b>Variável</b>  | <b>Probabilidade</b> | <b>Erro padrão</b> |
|------------------|----------------------|--------------------|
| <i>Gênero</i>    |                      |                    |
| Feminino         | 0,6634               | 0,0386             |
| Masculino        | 0,4596               | 0,0535             |
| <i>Renda</i>     |                      |                    |
| Menor que 7 s.m. | 0,6109               | 0,0365             |
| Maior que 7 s.m. | 0,1178               | 0,0440             |

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados das probabilidades indicam que, em Viçosa, MG, mulheres têm uma probabilidade significativamente maior (66,3%) de priorizar a saúde em comparação aos homens (46,0%), com diferença estatisticamente significativa a 10%. Esse corrobora a discussão já realizada, de que a demanda por saúde pública é influenciada por marcadores de gênero, que pode ser atribuída a maior responsabilização pelo cuidado da família, mas também por ser vista socialmente como frágil, o que favorece a procura por saúde (Carneio; Adjuto; Alves, 2019).

Já em relação à renda, observa-se uma disparidade ainda mais acentuada, em que os indivíduos com renda inferior à 7 salários-mínimos têm 61,1% de probabilidade de priorizar a saúde, contra 11,8% daqueles com renda superior. Essa diferença de quase 50 pontos percentuais evidencia a importância da saúde pública para pessoas dos estratos mais baixos de renda, ao passo de que os mais ricos podem priorizar outros serviços, uma vez que possui alternativas na saúde privada (Santos, 2022).

Com relação à escola, foram significativas as variáveis de possuir filhos com idade de 15 a 18 anos e a existência (ou ausência) de escolas públicas no bairro. Diante disso, foram calculadas as probabilidades marginais da priorização das escolas, com relação a estas variáveis (Tabela 4).

Tabela 8 – Probabilidade de priorizar a escola por presença de filhos e escola no bairro

| <b>Variável</b>               | <b>Probabilidade</b> | <b>Erro padrão</b> |
|-------------------------------|----------------------|--------------------|
| <i>Filhos de 15 a 18 anos</i> |                      |                    |
| Possui                        | 0,2067               | 0,0158             |
| Não Possui                    | 0,1012               | 0,1124             |
| <i>Escola no bairro</i>       |                      |                    |
| Usuários de escola            | 0,4113               | 0,1819             |
| Não usuários de escola        | 0,0892               | 0,0156             |

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados indicam que a presença de filhos entre 15-18 anos está associada a um aumento de 10.5 pontos percentuais na probabilidade de priorizar educação (de 10.1% para 20.7%). Conforme já explicado, o município tem forte vocação para o ensino superior, então é esperado que as famílias cujos filhos estão na idade de ingressar a faculdade priorizem mais a educação, porque é uma necessidade imediata (Ferreira, 2021). Ademais, os resultados revelam que o uso de escolas públicas está associado a um aumento substancial na probabilidade de priorizar a educação (de 8,92% para 41,14%), o que corrobora com a ideia de Russel e Russel

(2010) de que a experiência direta com algo aumenta sua valorização, neste caso, as escolas públicas.

No caso da segurança pública, este foi o serviço com maior quantidade de variáveis significativas. Assim, foram escolhidas três variáveis para verificar a probabilidade marginal de priorização na ausência (presença) destes atributos (Tabela 5).

Tabela 9 – Probabilidade de priorizar segurança por raça, presença de segurança e desemprego

| <b>Variável</b>            | <b>Probabilidade</b> | <b>Erro padrão</b> |
|----------------------------|----------------------|--------------------|
| <i>Raça</i>                |                      |                    |
| Branco                     | 0,1395               | 0,0135             |
| Não Branco                 | 0,0491               | 0,0265             |
| <i>Segurança no bairro</i> |                      |                    |
| Sim                        | 0,1988               | 0,0764             |
| Não                        | 0,0902               | 0,0108             |

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados indicam que as pessoas brancas priorizam quase três vezes mais a segurança do que as pessoas não brancas (4,91% para não brancos e 13,95% para brancos). Isso reforça os achados do estudo de que as pessoas brancas do município de Viçosa sentem-se menos seguras do que as pessoas não brancas. Ademais, aqueles que utilizam o serviço tem mais que o dobro de probabilidade de priorizá-lo do que aqueles que não utilizam. Esses achados reforçam dois argumentos já citados neste trabalho: o de que a utilização do serviço pode levar a priorização (Russel; Russel, 2010), mas também a de que pessoas historicamente marginalizadas podem ser altamente desconfiadas das instituições de segurança pública (Wacquant, 2008).

Já com relação ao transporte público, as variáveis mais interessantes que foram significativas foram a utilização do serviço público de creche e a renda maior que 7 salários-mínimos. A tabela 6 apresenta as probabilidades marginais dado que exista creche no bairro e que a família tenha ou não uma renda superior a 7 salários-mínimos.

Tabela 10 – Probabilidade de priorizar o transporte por uso de creche e renda

| <b>Variável</b>      | <b>Probabilidade</b> | <b>Erro padrão</b> |
|----------------------|----------------------|--------------------|
| <i>Uso de Creche</i> |                      |                    |
| Utiliza              | 0,1264               | 0,0098             |
| Não utiliza          | 0,0350               | 0,0645             |

|                  | <i>Renda</i>       |                    |
|------------------|--------------------|--------------------|
| Menor que 7 s.m. | 0,0471             | 0,0158             |
| Maior que 7 s.m. | 1,01 <sup>-7</sup> | 2,23 <sup>-7</sup> |

Fonte: Elaborado pela autora.

Estes resultados são particularmente interessantes, sobretudo se analisado em conjunto, verifica-se que aqueles que utilizam creches apresentam uma probabilidade de priorização do serviço de 12,64%, o que é relativamente mais alto do que aqueles que não utilizam. Nota-se que é um resultado a se analisar com cautela, uma vez que a literatura indica que há crianças que não acessam os anos iniciais da educação por falta de opções de transporte público, vide Valle, Silva e Silva (2024). Assim sendo, é muito importante que os tomadores de decisão fiquem cientes dessa carência de transporte especificamente para este público.

Ademais, se analisado em conjunto, verifica-se que essas pessoas que estão priorizando o transporte para levar os filhos para as creches são pessoas de estratos mais baixos de renda, uma vez que para aqueles com renda maior que 7 salários-mínimos a probabilidade de priorizar o transporte público é praticamente zero, reforçando que quem utiliza esse serviço é, em sua maioria, pessoas mais pobres (Carvalho; Pereira, 2011).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu do problema relativo à alocação de recursos limitados de forma eficiente diante de demandas heterogêneas por serviços públicos, especialmente em municípios de pequeno porte como Viçosa-MG. Essa problemática foi relevante porque os serviços públicos são essenciais para reduzir desigualdades e formar capital humano, visto que o mercado privado não consegue suprir tais demandas de forma equitativa e porque faltam diagnósticos precisos sobre preferências em cidades com esse perfil.

Neste contexto, a pesquisa buscou analisar as preferências da população de Viçosa-MG por serviços públicos e semipúblicos, considerando as variáveis socioeconômicas e demográficas que influenciam essas escolhas. Os resultados identificaram que a saúde, a educação, a segurança pública e o transporte são os serviços mais priorizados pela população, com variações significativas de acordo com fatores como gênero, renda e uso de serviços.

A análise empírica evidenciou que mulheres, pessoas de menor renda e famílias com filhos em idade escolar demonstram maior propensão a priorizar saúde, educação e transporte público. Já homens, brancos e indivíduos de maior renda atribuem mais importância à segurança. O modelo apresentou bons resultados de discriminação e significância estatística, reforçando a robustez dos achados.

A saúde foi o serviço mais priorizado (56,7%), especialmente entre mulheres e pessoas de baixa renda, refletindo a forte dependência dos viçosenses do Sistema Único de Saúde. Em contraste, indivíduos com renda superior a 7 salários-mínimos priorizam menos a saúde, possivelmente por terem alternativas privadas. Educação é valorizada por famílias com filhos de 15–18 anos e usuários de escolas públicas, reforçando a ligação entre experiência direta e priorização e a vocação para o ensino superior do município.

A Segurança pública foi prioritária para brancos, usuários do serviço e indivíduos de alta renda, indicando possivelmente uma preocupação com proteção patrimonial. Já desempregados e moradores de áreas com infraestrutura urbana (iluminação, pavimentação) priorizam menos a segurança, possivelmente por enfrentarem outras necessidades mais urgentes ou por desconfiança nas instituições. Já o transporte público foi o menos priorizado, exceto por usuários de creches, o que reforça a importância deste modal de transporte para trabalhadores com crianças pequenas.

Apesar das contribuições para o entendimento da demanda por serviços públicos em Viçosa, algumas limitações precisam ser destacadas. Seria interessante, a despeito das

dificuldades relacionadas ao tempo e custo, que a pesquisa fosse expandida para analisar como essas preferências evoluem ao longo do tempo, ou ainda, como essas mesmas preferências se manifestam em municípios com características similares. Ademais, como em todo modelo econométrico, a estimação está sujeita a erros de variáveis omitidas, haja vista que não é possível capturar toda a subjetividade das preferências do consumidor por meio de perguntas padronizadas. Recomenda-se ainda, pesquisas que busquem aprofundar na relação entre renda, raça e priorização de segurança, com vistas a entender os mecanismos causais que vão na contramão do que seria o consenso acerca da sensação de segurança deste público.

Diante dos resultados encontrados, citam-se como políticas públicas direcionadas que seriam relevantes para o município, tais como de segmentação de gênero para políticas de saúde e educação com vistas a trazer mais homens e idosos para participar das políticas de saúde, enquanto as políticas educacionais poderiam engajar mais famílias com adolescentes, não focando unicamente no ingresso ao ensino superior, mas uma trajetória de educação básica saudável e interessante para os adolescentes. Ou seja, a principal contribuição prática da pesquisa consiste em oferecer um mapa de prioridades segmentadas por perfil socioeconômico e demográfico, que pode subsidiar a alocação de recursos e o desenho de políticas públicas mais eficientes e aderentes às reais demandas locais.

## REFERÊNCIAS

- ADAMOWICZ, W.; LOUVIERE, J.; WILLIAMS, M. Combining revealed and stated preferences for valuing environmental amenities. **Journal of Environmental Economics and Management**, v. 26, n. 3, p. 271-292, 1994.
- ADAMS, R. D.; MCCORMICK, K. Private goods, club goods, and public goods as a continuum. **Review of Social Economy**, v. 45, n. 2, p. 192-199, 1987.
- ALMEIDA, C.; CARLOS, E.; SILVA, R. Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil. **Opinião Pública**, v. 22, n. 2, p. 250-285, 2016.
- ALONSO, M. Custos no serviço público. **Revista do serviço público**, v. 73, n. b, p. 127-152, 2022.
- ANDRADE, M. P. *et al.* Resultados da aplicação do índice de mobilidade urbana sustentável (IMUS) em João Pessoa, PB. *In: 36° ANPET – Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes*, 2022, Fortaleza, CE. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2022.
- ARAÚJO, D. L. **Determinantes do desempenho no ENEM dos concluintes do ensino médio no município de Viçosa – MG**. 2019. 55 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba. 2019.
- ARAÚJO, M. R. M. *et al.* Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 574-582, 2011.
- ARTHUR, E. The effect of household socioeconomic status on the demand for child health care services. **African Development Review**, v. 31, n. 1, p. 87-98, 2019.
- BASTOS FILHO, R. A. *et al.* A elaboração de um índice de segregação socioespacial como ferramenta de gestão e análise do espaço urbano de Viçosa, MG. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 3, p. 707-723, 2019.
- BAUMGARTNER, W. H. Cidades universitárias, cidades médias, cidades pequenas: análises sobre o processo de instalação de novos campos universitários. **Espaço aberto**, v. 5, n. 1, p. 73-93, 2015.
- BERCHIELLI, F. O. Investimento em capital humano: parâmetros para a determinação de uma política de desenvolvimento econômico. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 1, p. 84-101, 2022.
- BERNADETE, L. MPMG busca nova troca de gestão de hospitais de Viçosa. **Tribuna de Minas**, 25 jun. 2024. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/regiao/25-06-2024/hospitais-vicosa.html>. Acesso em: 03 jul. 2025.
- BRADLEY, M.; DALY, A. Use of the logit scaling approach to test for rank-order and fatigue effects in stated preference data. **Transportation**, v. 21, n. 2, p. 167-184, 1994.

CAMPOY, D.; PARADA, C. Desigualdad en el acceso a los servicios públicos y niveles de satisfacción de los individuos. **Documentos de Trabajo del cedlas**, 2016.

CARDOSO, G. R. *et al.* Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 7, n. 2, p. 144-161, 2013.

CARNEIRO, V. S. M.; ADJUTO, R. N. P.; ALVES, K. A. P. Saúde do homem: identificação e análise dos fatores relacionados à procura, ou não, dos serviços de atenção primária. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 23, n. 1, 2019.

CARVALHO, C. H. R.; PEREIRA, R. H. M. Efeitos da variação da tarifa e da renda da população sobre a demanda de transporte público coletivo urbano no Brasil. **Texto para Discussão No. 1595 - IPEA**, 2011.

CARVALHO, G. M. V. **A priorização da educação na primeira infância como forma de se efetivar o direito à educação e, assim, implementar a cidadania, o máximo existencial e uma sociedade (verdadeiramente) livre, justa e solidária**. 2022. Dissertação (Direito, Governança e Políticas Públicas) - UNIFACS, Salvador, 2022.

CARVALHO, M. A. M. C. *et al.* Bem-estar e perfil de trabalhadores terceirizados da universidade federal de Viçosa-UFV. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 32, n. 1, p. 191-212, 2021.

CASTRO, B. N.; STADUTO, J. A. R. Percepção de saúde no Brasil: uma análise das diferenças por sexo dos trabalhadores. **Economia e Sociedade**, v. 28, p. 855-884, 2019.

CATTO, A. Número de jovens que não estudam nem trabalham é o menor da série histórica do IBGE. **g1**, 04 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/12/04/numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-e-o-menor-da-serie-historica-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2025.

CIRINO, J. F. Índice de preços ao consumidor em Viçosa-MG: resultados da pesquisa de orçamentos familiares 2019/2020. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 32, n. 1, p. 213-244, 2021.

CIRINO, J. F. **Como implementar um índice de preços ao consumidor - a experiência do IPC-Viçosa**. 1 ed. Viçosa: Editora UFV, 2025.

CUI, Xijuan *et al.* Do the supply of and demand for rural public service facilities match? Assessment based on the perspective of rural residents. **Sustainable Cities and Society**, v. 82, p. 103905, 2022.

D'ALBUQUERQUE, R. W.; SÁTYRO, N. A demanda como determinante na execução dos serviços socioassistenciais nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 246-282, 2020.

DOIRON, D.; KETTLEWELL, N. Family formation and the demand for health insurance. **Health Economics**, v. 29, n. 4, p. 523-533, 2020.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: Esboço de uma metodologia de trabalho de políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. De (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. IEE/PUC-SP, p. 13-42, São Paulo, 2001.

DUBEY, S.; BAILEY, A.; LEE, J. B. Women's perceived safety in public places and public transport: A narrative review of contributing factors and measurement methods. **Cities**, v. 156, p. 105534, 2025.

ESPERIDIÃO, A. R. *et al.* Estudo de diferenças na satisfação com o bairro em relação ao gênero. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 9, n. 2, p. e00199-e00199, 2021.

FERREIRA, E. A. **Inter-relação entre o capital social, o capital informacional, o processo de escolha da escola e o ingresso na educação superior em Viçosa (MG), uma cidade média universitária**. 2021. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

GALINARI, K. N. Política de segurança pública no município de Viçosa-Mg: um estudo sobre agenda. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.

GARCÍA-SCHILARDI, M. E. Transporte público colectivo: su rol en los procesos de inclusión social. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 24, n. 1, p. 35-42, 2014.

GERIGK, W.; CLEMENTE, A. Gestão financeira dos municípios brasileiros de porte médio. **Revista Pretexto**, v. 13, n. 1, p. 34-59, 2012.

HAIR JR, J. F.; BABIN, B. MONEY, A. H.; PHILLIP, S. **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAUSMAN, J.; MCFADDEN, D. Specification tests for the multinomial logit model. **Econometrica: Journal of the econometric society**, p. 1219-1240, 1984.

HOWLETT, M.; PERL, A.; RAMESH, M. Implementation styles. **Designing government: From instruments to governance**, v. 31, 2005.

IBGE. Instituto Brasileira de Geográfica e Estatística. **Censo Demográfico 2022: Características dos domicílios - Resultados do universo**. 2022.

IBGE. Instituto Brasileira de Geográfica e Estatística. **Censo Demográfico 2022: População e domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 04 set. 2025.

IBGE. Instituto Brasileira de Geográfica e Estatística. **Cidades**. 2023.

JEHLE, G. A.; RENY, P. J. **Advanced Microeconomic Theory**. Financial Times/Prentice Hall, Harlow, 2011.

KROES, E. P.; SHELDON, R. J. Stated preference methods: an introduction. **Journal of transport economics and policy**, v. 22, n.1, p. 11-25, 1988

LABOISSIÈRE, P. Quase 90% dos brasileiros consideram saúde péssima, ruim ou regular. **Agência Brasil**, 26 jun. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-06/para-89-dos-brasileiros-saude-e-considerada-pessima-ruim-ou-regular>. Acesso em: 01 jun. 2025.

LEVORATO, C. D. *et al.* Fatores associados à procura por serviços de saúde numa perspectiva relacional de gênero. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, p. 1263-1274, 2014.

LIANG, J.; BI, G.; ZHAN, C. Multinomial and ordinal Logistic regression analyses with multi-categorical variables using R. **Annals of translational medicine**, v. 8, n. 16, p. 982, 2020.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LIMA, J. C. M.; PAIXÃO, A. N. Análise dos determinantes do trabalho infantil para famílias tocantinenses utilizando o modelo logit multinomial. **Informe Gepec**, v. 15, n. 2, p. 88-104, 2011.

LOUVIERE, J. J.; HENSHER, D.A.; SWAIT, J.D. **Stated Choice Methods: Analysis and Application**. 1a ed. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

MARIA, A. C. S.; FARIA, T. C. A.; STEPHAN, I. I. C. Um retrato da evolução urbana de Viçosa-MG: impactos da federalização da UFV sobre a cidade (1969-2014). **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 3, n. 1, p. 37-54, 2014.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. **Psychological review**, v. 50, n. 4, p. 370, 1943.

MASLOW, A.; LEWIS, K. J. Maslow's hierarchy of needs. **Salenger Incorporated**, v. 14, n. 17, p. 987-990, 1987.

MASSA, K. H. C.; CHIAVEGATTO FILHO, A. D. P. Saneamento básico e saúde autoavaliada nas capitais brasileiras: uma análise multinível. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200050, 2020.

MAS-COLLEL, A.; ANDREU, M. W.; GREEN, J. **Microeconomic Theory**. Oxford University Press, New Work, 1995.

MATTEI, T. F.; BEZERRA, F. M.; MELLO, G. R. Despesas públicas e o nível de desenvolvimento humano dos estados brasileiros: uma análise do IDHM 2000 e 2010. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 17, n. 1, p. 29-54, 2018.

MEDEIRO-KRUGER, N. R.; RIBEIRO, C. J. Cidades de porte médio, territórios de conflito e de interesses diversos. **Territorios**, n. 43SPE, p. 136-153, 2020.

MENARD, Scott W. **Logistic regression: From introductory to advanced concepts and applications**. Sage, 2010.

MENDONÇA, D. J. *et al.* Fatores que influenciam a rentabilidade das instituições financeiras bancárias brasileiras: conclusões com base na modelagem de equações estruturais. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, 2018.

MENDONÇA, M. J. C.; SACHSIDA, A.; LOUREIRO, P. R. A. Demanda por saneamento básico no Brasil: uma análise com uso do modelo multinomial logit. **Economia Aplicada**, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 1, p. 143–163, 2004. 10.11606/1413-8050/ea220241.

MORRISON, M. D.; BLAMEY, R. K.; BENNETT, J. W.; LOUVIERE, J. J. A comparison of stated preference techniques for estimating environmental values. In: **CONFERENCE OF THE AUSTRALIAN AGRICULTURAL AND RESOURCE ECONOMICS SOCIETY**, 1997, Gold Coast, Queensland. Proceedings... Queensland: AARES, 1997.

MOWEN, T. J.; FRENG, A. Is more necessarily better? School security and perceptions of safety among students and parents in the United States. **American journal of criminal justice**, v. 44, n. 3, p. 376-394, 2019.

MUSGRAVE, R. A. **The Theory of Public Finance**. New York: McGraw-Hill, 1959

MUSGRAVE, R. A. **A multiple theory of budget determination**. **Finanzarchiv / Public Finance Analysis**, N.S., v. 17, n. 3, p. 333–343, 1956.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Public Finance in Theory and Practice**. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 1976.

OLIVEIRA, B. R.; BASTOS, C. P. Desenvolvimento econômico e provisão de bens e serviços públicos: aspectos teóricos deste debate. **Cadernos de Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, 2016.

OLIVEIRA, F. A. C. **As relações entre a maturidade da governança e a efetividade na gestão pública**: Estudo em uma rede de saúde municipal. 2024. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Controladoria) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

OLIVEIRA, S. A. **Percepção de risco ambiental em áreas susceptíveis a movimento de massa nos bairros Nova Viçosa e Santa Clara - Viçosa – MG**. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2015.

ÖZTÜRK, F. H. Health and Education Interdependence: Thriving from Birth to Adulthood. **Current Perspectives in Educational Research**, v. 6, n. 1, p. 1-6, 2023.

POÇAS, K. C. *et al.* Primeira escolha para utilização de serviços de saúde pela população adulta do Distrito Federal, 2015: um inquérito de base populacional. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 28, n. 2, p. e2018124, 2019.

POLO, T. C. F.; MIOT, H. A. Aplicações da curva ROC em estudos clínicos e experimentais. **Jornal Vascular Brasileiro**, v. 19, p. e20200186, 2020.

PREARO, L. C. **Os serviços públicos e o bem-estar subjetivo da população: uma modelagem multigrupos baseada em mínimos quadrados parciais**. 2013. Tese (Doutorado

em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PRONELLO, C.; GAIA, A. How to estimate the social cost of transport? An Italian case study. **WIT Transactions on the Built Environment**, v. 77, 2005.

QEdU. **Ideb – Viçosa**, c2025. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3171303-vicosa/ideb>. Acesso em: 03 jul. 2025.

RAGHUPATHI, V.; RAGHUPATHI, W. The influence of education on health: an empirical assessment of OECD countries for the period 1995–2015. **Archives of public health**, v. 78, p. 1-18, 2020.

RODRIGUES, F. L.; ESCOBAR, C. Determinando as características da demanda por serviços públicos de saúde no Brasil. **Revista Estudo & Debate**, v. 30, n. 3, 2023.

RODRIGUES, P. Mulheres são as que mais usam transporte público no Brasil. **Mobilidade Estadão**, 26 set. 2023. Disponível em: <https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/mulheres-sao-as-que-mais-usam-o-transporte-publico-no-brasil/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

RUA, M. das G. **Políticas Públicas/Especialização – Módulo básico**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração – UFSC, Brasília, CAPES: UAB, 2009.

RUEDA, D.; STEGMUELLER, D. The externalities of inequality: Fear of crime and preferences for redistribution in Western Europe. *American Journal of Political Science*, v. 60, n. 2, p. 472-489, 2016.

RUSSELL, D. W.; RUSSELL, C. A. Experiential reciprocity: The role of direct experience in value perceptions. **Journal of Travel & Tourism Marketing**, v. 27, n. 6, p. 624-634, 2010.

SANTOS, N. R. O Sistema Único de Saúde pobre para os pobres, a COVID-19 eo capitalismo financeirizado. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. Suppl 2, p. e00076321, 2022.

SCHONARTH, J. C. Como a presença da polícia militar impacta na confiabilidade e sensação de segurança nas escolas do programa “Escola Segura”. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 5, n. 4, p. e545077-e545077, 2024.

SENN, L. A.; TONI, J.; LINDAU, L. A. O valor monetário atribuído pelos usuários ao conforto no transporte público. **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES, VIII**, p. 95-105, 1994.

SERRANO, L. Mulheres estudam mais e ganham menos que os homens no Brasil, segundo estudo do IBGE. **exame**, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://exame.com/carreira/mulheres-estudam-mais-e-ganham-menos-que-os-homens-no-brasil-segundo-estudo-do-ibge/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SIMPLÍCIO, H. A. T. **Sensação de segurança e desordem**: as representações sociais, percepções de perigo e soluções apresentadas para a segurança no centro de Belo Horizonte (MG). 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Nelo Horizonte, 2016.

SITUMORANG, A. Staying single in a married world: Never-married women in Yogyakarta and Medan. **Asian Population Studies**, v. 3, n. 3, p. 287-304, 2007.

TEIXEIRA, E. C.; CORRÊA, G. H. R. Gastos públicos em infraestrutura e pobreza: uma análise para o estado de Minas Gerais. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 8, n. 2, p. 23-49, 2019.

UN. Leaving no girl behind in education. **UN Women**, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/feature-story/2022/10/leaving-no-girl-behind-in-education>. Acesso em: 02 jun. 2025.

VALLE, M. P.; SILVA, I. G.; SILVA, A. C. M. Os impactos da falta de transporte escolar no processo de aprendizagem de crianças da creche no interior de Linhares/ES. **Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino**, v. 1, n. 22, 2024.

VEJA. Renda média no Brasil bate recorde histórico e chega a R\$ 3.057 em 2024. **Veja Negócios**, 08 maio 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/renda-media-no-brasil-bate-recorde-historico-e-chega-a-r-3-057-em-2024/>. Acesso em: 03 jul. 2025.

WAKIM, V. R. *et al.* People's Sense of Security about Crime: Analysis the Brazilian Case. **Journal of Finance and Economics**, v. 6, n. 3, p. 103-110, 2018.

WACQUANT, L. The militarization of urban marginality: Lessons from the Brazilian metropolis. **International political sociology**, v. 2, n. 1, p. 56-74, 2008.

ZHU, Yu *et al.* Uncovering the drivers of gender inequality in perceptions of safety: An interdisciplinary approach combining street view imagery, socio-economic data and spatial statistical modelling. **International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation**, v. 134, p. 104230, 2024.

**APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas****Informações básicas**

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Qual seu sexo? ( ) Masculino ( ) Feminino
- 3) Reside em qual bairro do município de Viçosa?
- 4) Qual é a sua renda familiar?
  - ( ) menos de 1 salário
  - ( ) de 1 a 3 salários
  - ( ) mais do que 3 até 5 salários
  - ( ) mais do que 5 até 7 salários
  - ( ) mais do que 7 até 10 salários
  - ( ) maior do que 10 salários
- 5) Quantas pessoas moram com você?
- 6) Você é casado(a)? ( ) Sim ( ) Não
- 7) Você tem filhos? ( ) Sim ( ) Não
- 8) Se sim, quantos filhos?
  - ( ) 1 filho
  - ( ) 2 filho
  - ( ) 3 filho
  - ( ) mais de 3 filho
- 9) Qual é a idade completa dos seus filhos?
  - ( ) 0 a 1 anos
  - ( ) 2 a 6 anos
  - ( ) 7 a 14 anos
  - ( ) 15 a 18 anos
  - ( ) Acima de 18 anos
- 10) Qual seu nível de escolaridade?
  - Fundamental incompleto
  - Fundamental completo
  - Médio incompleto
  - Médio completo
  - Superior incompleto
  - Superior completo

- 11) Você está trabalhando? ( ) Sim ( ) Não
- 12) Se respondeu NÃO. Procurou emprego nos últimos 30 dias? ( ) Sim ( ) Não
- 13) Se respondeu SIM. Qual sua ocupação?

**Informações sobre o uso de serviços públicos**

- 14) Quais serviços públicos você usa regularmente?
- ( ) Transporte escolar
  - ( ) Transporte público
  - ( ) Creche
  - ( ) Escola
  - ( ) Assistência Social
  - ( ) UBS
  - ( ) Segurança
  - ( ) Coleta de Lixo e Limpeza Urbana
  - ( ) Água
  - ( ) Saneamento
  - ( ) Iluminação Pública
  - ( ) Pavimentação
  - ( ) Lazer
- 15) Quais serviços públicos não estão disponíveis em sua comunidade e que você considera importante?
- ( ) Transporte escolar
  - ( ) Transporte público
  - ( ) Creche
  - ( ) Escola
  - ( ) Assistência Social
  - ( ) UBS
  - ( ) Segurança
  - ( ) Coleta de Lixo e Limpeza Urbana
  - ( ) Água
  - ( ) Saneamento
  - ( ) Iluminação Pública
  - ( ) Pavimentação
  - ( ) Lazer

16) Como você classificaria a qualidade do Transporte Escolar?

- Ruim
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não sabe

17) Como você classificaria a qualidade do Transporte Público?

- Ruim
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não sabe

18) Como você classificaria a qualidade da Creche?

- Ruim
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não sabe

19) Como você classificaria a qualidade das Escolas Públicas?

- Ruim
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não sabe

20) Como você classificaria a qualidade dos Serviços de Assistência Social?

- Ruim
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não sabe

21) Como você classificaria a qualidade dos serviços prestados pelas UBS?

- Ruim

- Regular  
 Bom  
 Ótimo  
 Não sabe
- 22) Como você classificaria a qualidade da Segurança pública em Viçosa?
- Ruim  
 Regular  
 Bom  
 Ótimo  
 Não sabe
- 23) Como você classificaria a qualidade do Serviço de Coleta de Lixo e Limpeza Urbana?
- Ruim  
 Regular  
 Bom  
 Ótimo  
 Não sabe
- 24) Como você classificaria a qualidade dos Serviços de Água?
- Ruim  
 Regular  
 Bom  
 Ótimo  
 Não sabe
- 25) Como você classificaria a qualidade dos Serviços de Saneamento?
- Ruim  
 Regular  
 Bom  
 Ótimo  
 Não sabe
- 26) Como você classificaria a qualidade do serviço de Iluminação Pública?
- Ruim  
 Regular  
 Bom  
 Ótimo

Não sabe

27) Como você classificaria a qualidade da Pavimentação Urbana?

Ruim

Regular

Bom

Ótimo

Não sabe

28) Como você classificaria a qualidade das Ofertas de Lazer do Município?

Ruim

Regular

Bom

Ótimo

Não sabe

29) O que mais dificulta o seu acesso aos serviços públicos?

Acesso físico

Acesso digital

Burocracia

Falta de informação

### **Informações sobre a demanda por serviços públicos**

30) Se você pudesse decidir para onde serão destinados seus impostos, defina sua ordem de prioridade (de 1 a 3), considerando os serviços públicos listados abaixo?

1. Transporte escolar

2. Transporte público

3. Creche

4. Escola

5. Assistência Social

6. UBS

7. Segurança

8. Coleta de Lixo e Limpeza Urbana

9. Água

10. Saneamento

11. Iluminação Pública

12. Pavimentação

### 13. Lazer

## ANEXO - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**Análise da Preferência por Serviços Públicos em Viçosa-MG**”. Nesta pesquisa pretendemos fazer um levantamento das necessidades da população do município de Viçosa e verificar as melhores possibilidades de direcionamento de recursos do contribuinte, tendo como foco, as necessidades, as preferências das comunidades e a eficácia e efetividade dos retornos esperados. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a necessidade de os recursos públicos serem pautados pela eficiência, eficácia e efetividade, para que esses possam ser canalizados para projetos/políticas que estejam de acordo com as necessidades da população. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, entrevistas aplicadas através de formulários no *Google Forms* com moradores do município de Viçosa e posteriormente será utilizado a teoria da “preferência revelada” para análise dos dados.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem na possibilidade de gerar ao senhor (a) algum tipo desconforto e/ou estranhamento e/ou fadiga para responder as questões do questionário. Nesse sentido, caso o (a) senhor(a) se sinta invadido, cansado, não queira responder alguma pergunta ou finalizar entrevista, sinta-se livre para se manifestar. O (a) senhor (a) tem total liberdade para não participar, bem como se retirar da pesquisa em qualquer momento. Com esta pesquisa existe o benefício indireto de se identificar os melhores projetos/políticas, para que se possa aumentar a probabilidade de elevação da eficácia e da efetividade dos mesmos.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, Francisco Carlos da Cunha Cassuce, Professor no Departamento de Economia – UFV e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Depois desse tempo, os mesmos serão destruídos.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, contato  
\_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos  
da pesquisa “**Análise da Preferência por Serviços Públicos em Viçosa-MG**” de maneira clara  
e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas  
informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo  
em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me  
foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador Responsável: Francisco Carlos da Cunha Cassuce  
Endereço: Departamento de Economia  
Telefone: (31) 99338-7052  
E-mail: francisco.cassuce@ufv.br

Nome da Pesquisadora responsável: Larissa Miranda Moreira  
Endereço: Avenida Ernesto Lopes, 20, Centro, Coimbra/MG  
Telefone: (32) 98407-1516  
E-mail: larissa.m.moreira@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá  
consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos  
Universidade Federal de Viçosa  
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior  
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário  
Cep: 36570-900 Viçosa/MG  
Telefone: (31)3612-2316  
Email: cep@ufv.br  
www.cep.ufv.br

Viçosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador